Presidência da República
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37052
08/10/2012

Sumário Executivo
Itaporanga d'Ajuda/SE

Introdução

Trata o presente Relatório dos resultados dos exames realizados sobre 15 Ações de Governo, integrantes dos Programas fiscalizados, executadas no município de Itaporanga d'Ájuda - SE em decorrência da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 22/10/2012 a 29/10/2012.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações Socioeconômicas	
População:	30419
Índice de Pobreza:	53,17
PIB per Capita:	R$ 15716.45
Eleitores:	19291
Área:	757 km²

Fonte: Sítio do IBGE.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, as técnicas de inspeções físicas e registros fotográficos, análises documentais, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Cabe esclarecer que as situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com a competência de monitoramento a ser realizado pela Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, o capítulo um, destinado especialmente aos órgãos e entidades da Administração

Pública Federal, gestores federais dos programas de execução descentralizada, contempla, em princípio, constatações de campo que apresentam as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

O capítulo dois é composto por situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizada dos Programas de Governo Federais, cuja competência primária para adoção de medidas corretivas pertence ao gestor municipal. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

O quadro a seguir demonstra, no âmbito dos Programas verificados, a quantidade de Ações de Governo fiscalizadas:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social	1	Não se aplica.
Totalização CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO		1	Não se aplica.
MINISTERIO DA EDUCACAO	Brasil Escolarizado	3	R$ 1.195.749,14
	EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Não se aplica.
	Qualidade na Escola	1	R$ 755.300,00
Totalização MINISTERIO DA EDUCACAO		5	R$ 1.951.049,14
MINISTERIO DA SAUDE	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	3	R$ 473.514,20
	Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros	1	R$ 2.353.161,00
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	1	Não se aplica.
Totalização MINISTERIO DA SAUDE		5	R$ 2.826.675,20
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	BOLSA FAMÍLIA	1	R$ 10.217.736,00
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2	R$ 132.300,00
	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1	R$ 481.000,00
Totalização MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME		4	R$ 10.831.036,00
Totalização da Fiscalização		15	R$ 15.608.760,34

Esclarecemos que os executores dos recursos federais no âmbito municipal foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 29/11/2012, cabendo ao Ministério

supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Análise de Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização realizados no Município de Itaporanga d'Ajuda/SE, no âmbito do 037º Sorteio de Municípios, foram constatadas diversas falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, sendo demonstradas, por Ministério e Programa de Governo, na segunda parte deste Relatório. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local.

2. Vale ressaltar que, apesar desta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.

3. No que diz respeito à seara da educação detectou-se a recorrente falta de merenda escolar ao longo do exercício 2011, fato apontado em diversas reuniões do Conselho de Alimentação Escolar do município. Também com relação ao PNAE, foi apontada a precariedade da infraestrutura das cantinas e cozinhas destinadas ao preparo dos gêneros da merenda escolar. A necessidade de reparos nas instalações revelou ser urgente para preservar a higiene e segurança do preparo dos alimentos. A distribuição de livros didáticos oriundos do PNLD também mostrou deficiências, resultando na falta de livros para alunos dos 2º, 3º e 4º anos em unidade escolar do município.

4. Diversas ocorrências de cunho financeiro foram verificadas no âmbito dos programas a cargo do Ministério da Saúde. Discrepâncias entre as quantidades discriminadas em notas fiscais referentes à aquisição de materiais hospitalares e os registros efetuados em sistema informatizado de controle totalizaram R$ 127.875,90. Ocorrência similar se deu na aquisição de medicamentos no âmbito do Programa de Assistência Farmacêutica Básica num total de R$ 41.828,30. Registrou-se como deficiência na execução do Programa de Saúde da Família a situação das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde. A infraestrutura das UBS apresentou deficiências que impactaram o cumprimento de exigências normativas mínimas, como por exemplo, a existência de "sala de vacinas" ou de "sala de inalação coletiva", em diversos povoados do município.

5. Considerando-se as ações pertinentes ao Ministério do Desenvolvimento Social, especificamente em relação ao Programa de Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Bolsa Família), verificou-se, cruzando-se as informações contidas na folha de pagamento do PBF e no CadÚnico (base julho de 2012) com as informações registradas na Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2011, a existência de famílias beneficiárias do PBF com renda per capita familiar acima do limite legal permitido para a permanência no Programa. Com relação ao funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, verificou-se que foram firmados contratos para prestação de serviços de cabeleireiro e manicure/pedicure a beneficiários atendidos por aquele Centro. O objeto de tais contratos não se enquadra entre aqueles passíveis de financiamento com recursos do Programa. Por fim, registra-se que houve, de maneira análoga ao ocorrido no PNAE, falta recorrente de merenda escolar para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Presidência da República
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37052
08/10/2012

Capítulo Um
Itaporanga d'Ajuda/SE

Introdução

Neste capítulo estão apresentadas as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for o caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e por Programas de Governo.

1. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/12/2011:

* CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação Fiscalizada

Ação: 1.1.1. 4014 - CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA **Objetivo da Ação:** Realizar, anualmente, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, por escola, a coleta de informações estatístico-educacionais referentes a matrículas e docência, para subsidiar o planejamento e a gestão da Educação nas esferas governamentais.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215595	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/12/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Levantamento detalhado das escolas e do aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.	

1.1.1.1. Constatação:

Conselho Municipal do FUNDEB de Itaporanga não exerce a sua atribuição de supervisionar o Censo Escolar da Educação Básica.

Fato:

Em reunião realizada com membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS-Fundeb) do município de Itaporanga objetivando obter informações sobre a atuação do mesmo nas atividades de supervisionamento do Censo Escolar da Educação Básica, confirmou-se as informações obtidas quando da leitura prévia das atas mensais de reunião do CACS-Fundeb referentes a 2011 e 2012, de que o Conselho não realiza a supervisão e avaliação do Censo Escolar, pois desconheciam essa atribuição e a legislação do Censo. Informaram também que não foram capacitados pela Secretaria de Estado da Educação para exercer a atribuição de supervisionar o Censo Escolar.

A atribuição de supervisão/avaliação dos trabalhos apuração do Censo Escolar pelo CACS-Fundeb está prevista no parágrafo 9º, do Artigo 24, da Lei 11.494/2007 descrito abaixo;

“Aos conselhos incumbe, ainda, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos."

Sendo assim, tem-se como potenciais responsáveis pela situação posta os Srs. Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS-Fundeb) e o Prefeito Municipal de Itaporanga D´Ajuda.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga apresentou a seguinte manifestação:

“Essa irregularidade deve ser respondida pela Presidenta do Conselho, visto que a esta compete a convocação de reuniões, não havendo qualquer ingerência do Município nesse particular.”

Análise do Controle Interno:

O gestor em sua manifestação isenta-se da responsabilidade pela falta de atuação do Cacs-Fundeb

na atribuição de supervisionar o Censo Escolar no município. Ocorre que conforme prevê a legislação do MEC sobre os Conselhos Municipais, seria de sua responsabilidade, fornecer estrutura de funcionamento bem como promover as capacitações dos membros do Cacs-Fundeb para exercerem suas atribuições, inclusive para supervisionar o Censo. Portanto, mantem-se a constatação.

2. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 19/05/2010 a 30/09/2012:

* Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros
* GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL
* PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
* PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
* ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros **Objetivo da Ação:** Realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216405	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 2.353.161,00
Objeto da Fiscalização: Licitações realizadas sem restrição de competitividade às empresas interessadas; materiais e serviços adquiridos a preços de mercado; recursos utilizados exclusivamente na atenção básica em saúde.	

2.1.1.1. Constatação:

Contratação de serviços utilizando recursos da Atenção Básica por preços acima daqueles praticados no mercado local.

Fato:

No Pregão Presencial Nº 039/2012, o objeto da licitação foi a locação de quatro veículos, tipo ambulância, com 5.000 km mensais de franquia, para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Somente uma empresa compareceu ao certame ofertando inicialmente o valor unitário mensal de R$ 6.500,00, sendo que o valor a ser cobrado por km excedido ficaria em R$ 1,30. Após a negociação e diversas rodadas de lances, ficou estabelecido o valor unitário mensal de R$ 5.000,00, bem como o valor de R$ 1,00 por km excedente ao contratado.

O quadro abaixo discrimina os itens componentes da proposta de preços adjudicada:

Custo Unitário	Valor Mensal
1 - Depreciação	R$ 532,22
2 - Licenciamento	R$ 87,80
3 - Seguro Total	R$ 598,75
4 - Manutenção	R$ 2.155,50
5 - Lubrificantes	R$ 104,52
6 - Pneu	R$ 138,00
7 - Limpeza	R$ 200,00
Adm, Lucro e Imposto (31,0 %) de (1+2+3+4+5+6+7)	R$ 1.183,21

Foram disponibilizados três veículos novos à Secretaria Municipal de Saúde e, considerando que há cláusula no contrato que prevê a substituição dos veículos locados a cada doze meses de vigência, é incompatível a cobrança de R$ 2.155,00 mensais a título de manutenção de veículo novo.

Ressalta-se que em relação ao preço do seguro total o valor cobrado é de R$ 3.592,50 por veículo para um período de seis meses, no entanto a empresa contratada disponibilizou cópias das apólices de seguro dos três veículos disponibilizados, nos seguintes valores:

Veículo	Valor	Diferença*
NVL 3526	R$ 3.184,11	R$ 408,09
NVM 9576	R$ 1.042,79	R$ 2.549,71

NVM 9636	R$ 1.042,79	R$ 2.549,71

* valor unitário semestral

Destaca-se que o Edital do Pregão exigiu que o ano de fabricação do veículo fosse no mínimo 2008.

A própria contratada juntou a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços nº 351, emitida para a Prefeitura Municipal de Poço Redondo/SE, no valor de R$ 18.954,48, datada de 02/05/2012, a fim de comprovar a capacidade técnica, com a seguinte descrição:

"serviço de locação de 03 (três) veículos tipo ambulância com os respectivos equipamentos, ano de fabricação 2009, sem motorista e sem combustível, com franquia mensal de 5.000 km por veículo no período de abril de 2012, conf. Contrato."

Os valores estão discriminados da seguinte forma:

Valor total dos veículos: R$ 12.313,98

Km excedentes no período: 13281

Valor referente aos Km excedentes no período: R$ 6.640,50

Verifica-se que os preços contratados com outra prefeitura estão inferiores nos seguintes percentuais:

Serviço	P M Itaporanga D'Ajuda	P M de Poço Redondo	Sobrepreço
Locação de ambulância - Valor unitário mensal com 5000 km de franquia	R$ 5.000,00	R$ 4.104,66	21,81%
Km excedente	R$ 1,00	R$ 0,50	100,00%

Considerando que foi pago o valor de R$ 18.333,33 referente à locação de dois veículos pelo período de um mês e vinte e cinco dias, sem aferição de quilometragem excedente, ficou caracterizado o superfaturamento no valor de R$ 3.998,50.

A responsabilidade pela contratação com preço superior ao valor de mercado é do Secretário Municipal de Saúde, CPF nº ***.610.065-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Aduz a Equipe técnica ter havido sobrepreço na locação de veículos utilizando recursos da atenção

básica. No entanto, cumpre ressaltar que o valor contratado derivou de processo licitatório realizado na modalidade pregão presencial, com ampla publicidade, e, ainda, foi abaixo da estimativa inicial da administração.

Sabe-se que a composição de preços deste tipo de serviço não segue um valor fixo. Diversos fatores são levados em consideração pela licitante para mensurar o custo mensal do serviço.

Diante disto, percebe-se claramente que o valor contratado não está acima dos praticados pelo mercado, não cabendo à CGU concluir dessa forma, em virtude de preços ofertados pela mesma empresa em outros municípios, sem que as especificidades do serviço tenham sido analisadas.

Diz-se isto, pois para um determinado local, o custo da locação pode ter sido menor em razão da redução da franquia de quilometragem, transferência dos custos de manutenção para o município, ausência de exigência de seguro, fatores estes que NÃO foram analisados pela CGU, até porque somente dispunha de informações atinentes ao preço, exclusivamente."

Análise do Controle Interno:

A equipe de fiscalização ao analisar o preço de locação de cada ambulância, além de comparar o preço contratado no município de Itaporanga D'Ajuda com o do município de Poço Redondo, também analisou os preços unitários de cada um dos itens que compuseram a proposta vencedora, concluindo pelo excesso de valor em pelo menos dois itens (Seguro e Manutenção).

A discrimação contida na Nota Fiscal Eletrônica de Serviços nº 351 demonstra a semelhança das contratações, tanto na franquia quanto no
estado de conservação dos veículos a serem disponibilizados.

Ademais, em suas justificativas, o gestor não fez referência a ter mantido contato com a empresa contratada para verificar a possibilidade de redução do valor contratado ao mesmo nível praticado no outro município.

Portanto, constatação mantida.

2.1.1.2. Constatação:

Divergência quantitativa entre os dados das Notas Fiscais de aquisição de materiais hospitalares e valores registrados no sistema informatizado, no valor de R$ 127.875,90.

Fato:

Os quantitativos de materiais hospitalares registrados no sistema informatizado, usado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE, não estão coerentes com os itens constantes das Notas Fiscais, listadas abaixo, da empresa identificada pelo CNPJ nº 07.330.200/0001-51:

- 27 de junho de 2012 – Notas Fiscais 5647, 5646, 5648, 5649 e 5650.

- 19 de julho de 2012 – Notas Fiscais 6148, 6153 e 6155.

- 01 de agosto de 2012 – Nota Fiscal 6391.

- 03 de setembro de 2012 – Notas Fiscais 7213, 7209, 7205, 7202 e7210.

As divergências entre os quantitativos das Notas Fiscais e os registros de entradas no sistema informatizado estão demonstradas na tabela a seguir:

ITEM	Unidade	Preço	27/06/12	19/07/12	01/08/12	03/09/12	Total	Sistema	Diferença	Valor

		Unitário					Notas Fiscais	SMS		(R$)
Algodao hidrofilo 500 grs	pa	7	800	50	150	250	1250	732	518	3626,00
Atadura crepom 10cm 4.5 mt 13 fios 12 unds	dz	4,02	100	800	100	500	1500	1145	355	1427,10
Atadura crepom 12cm 4.5 mt 13 fios 12 unds	Dz	5,07	800	100	100	200	1200	-	1200	6084,00
Atadura crepom 15cm 4.5 mt 13 fios 12 unds	dz	6	800	100	100	200	1200	-	1200	7200,00
Atadura crepom 20cm 4.5 mt 13 fios 12 unds	DZ	7	800	100	100	200	1200	490	710	4970,00
Compressa de gaze 7,5 x 7,5	DZ	8,26	800	800	700	50	2350	2170	180	1486,80
Esparadrapo 10x4,5 c/capa protetora au un	UN	6,9	500	500	200	600	1800	513	1287	8880,30
Gase rolo 9 fios	RL	16,8	800	150	50		1000	361	639	10735,20
Compressa de gaze algodoada est 15x30cm	Un	2,24		400		300	700	-	700	1568,00
Coletor	Un	2,67	2000				2000	50	1950	5206,50

perfurocortante 13 lts										
Coletor perfurocortante 07 lts	Un	1,86	2000				2000	100	1900	3534,00
Coletor universal 50 ml	Un	0,4	9000				9000	1000	8000	3200,00
Agulha desc 25x7	Un	0,03	20000				20000	-	20000	600,00
Agulha desc 25x8	un	0,03	20000	5000			25000	2000	23000	690,00
Agulha desc 30x87	un	0,03	15000				15000	-	15000	450,00
Luva procedimento G 100 unds	Cx	10	500			200	700	152	548	5480,00
Luva procedimento M 100 unds	cx	14	1000			200	1200	600	600	8400,00
Luva procedimento P 100 unds	cx	14,5	1000			200	1200	600	600	8700,00
Papel grau cirurgico 10cmx100m	Rl	43	150			50	200	50	150	6450,00
Papel grau cirurgico 20cmx100m	Rl	69	150			100	250	-	250	17250,00
Papel grau	Rl	78	150			100	250	-	250	19500,00

cirurgico 30cmx100m										
Coletor de urina sist aberto	Un	0,2		2000		1500	3500	200	33000	660,00
Coletor de urina sist fechado	Un	1,4		1000		400	1400	130	1270	1778,00
Total									127875,9	

Os registros de entradas, para os itens elencados na tabela anterior, informados pela Secretaria Municipal de Itaporanga/SE no sistema informatizado, estão transcritos abaixo:

CODIGO DESCRICAO DO PRODUTO UN JAN/2012 FEV/2012 MAR/2012 ABR/2012 MAI/2012 JUN/2012 TOTAL GERAL QTD.MEDIA ESTOQUE JUL/2012 AGO/2012 SET/2012 OUT/2012 VAL.CUSTO VAL.CUSTO VAL.CUSTO

0001.0002.029 ALGODAO HIDROFILO NAO ESTERIL 100% ALG UN 42,00 60,00 20,00 0,00 83,00 **50,00** 854,00 85,00 113,00

200,00 105,00 294,00 0,00 8,54 0,85 1,13

0001.0002.080 ATADURA CREPOM 10CM UN 30,00 160,00 150,00 73,00 245,00 209,00 2.303,00 230,00 116,00

322,00 614,00 0,00 500,00 9.258,06 924,60 466,32

0001.0002.308 ATADURA CREPOM 12CM UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 300,00 30,00 0,00

0,00 0,00 0,00 300,00 1.521,00 152,10 0,00

0001.0002.309 ATADURA CREPOM 15CM UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 190,00 19,00 0,00

0,00 0,00 0,00 190,00 1.140,00 114,00 0,00

0001.0002.090 COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 UN 30,00 20,00 200,00 100,00 333,00 120,00 2.853,00 285,00 5,00

1.500,00 550,00 0,00 0,00 28,53 2,85 0,05

0001.0002.027 ESPARADRAPO 10X4,5 C/CAPA PROT AU UN 50,00 120,00 72,00 23,00 288,00 0,00 1.043,00 104,00 91,00 240,00 250,00 0,00 0,00 10,43 1,04 0,91

0001.0002.032 LUVA PROCED TAM. "M" CAIXA C/100 UN 90,00 101,00 100,00 2,00 210,00 100,00 1.103,00 110,00 40,00 500,00 0,00 0,00 0,00 11,03 1,10 0,40

0001.0002.033 LUVA PROCEDIMENTO TAM. "P" CAIXA C/100 UN 0,00 88,00 100,00 2,00 83,00 100,00 873,00 87,00 33,00

500,00 0,00 0,00 0,00 8,73 0,87 0,33

0001.0002.104 LUVA DE PROCEDIMENTO TAM G UN 0,00 10,00 0,00 0,00 0,00 0,00 362,00 36,00 0,00

152,00 0,00 0,00 200,00 3.620,00 360,00 0,00

0001.0002.251 PAPEL GRAU CIRURGICO 10 UN 0,00 0,00 0,00 0,00 60,00 0,00 160,00 16,00 34,00

50,00 0,00 0,00 50,00 6.880,00 688,00 1.462,00

0001.0002.252 PAPEL GRAU CIRURGICO 20 UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 50,00 5,00 5,00

0,00 0,00 0,00 50,00 3.450,00 345,00 345,00

0001.0002.253 PAPEL GRAU CIRURGICO 30 UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 50,00 5,00 1,00

0,00 0,00 0,00 50,00 3.900,00 390,00 78,00

0001.0002.281 COLETOR DE PERFURE CORTANTE 13LT UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 200,00 0,00

50,00 0,00 0,00 1.950,00 5.340,00 534,00 0,00

0001.0002.028 COLETOR DE PERFURO CORTANTE 7 LITROS UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 200,00 0,00

100,00 0,00 0,00 1.900,00 3.720,00 372,00 0,00

0001.0002.089 COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO UN 0,00 2,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.002,00 100,00 200,00

0,00 0,00 200,00 800,00 200,40 20,00 40,00

0001.0002.144 COLETOR DE FEZES /URINA UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 100,00 600,00

1.000,00 0,00 0,00 0,00 400,00 40,00 240,00

0001.0002.025 COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.480,00 148,00 44,00

100,00 0,00 30,00 1.350,00 2.072,00 207,20 61,60

0001.0002.131 AGULHA DESCARTAVEL 25X6 UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 7.000,00 700,00 3.000,00

0,00 0,00 0,00 7.000,00 140,00 14,00 60,00

0001.0002.132 AGULHA DESCARTAVEL 25X8 UN 0,00 500,00 600,00 0,00 0,00 0,00 11.100,00 1.110,00 1.470,00

2.000,00 0,00 0,00 8.000,00 333,00 33,30 44,10

0001.0002.133 AGULHA DESCARTAVEL 30X8 UN 0,00 500,00 2.900,00 0,00 10.000,00 0,00 33.400,00 3.340,00 980,00

5.000,00 0,00 0,00 15.000,00 1.002,00 100,20 29,40

0001.0002.098 GAZE ROLO UN 36,00 64,00 128,00 0,00 0,00 124,00 589,00 58,00 147,00

200,00 37,00 0,00 0,00 5,89 0,58 1,47

0001.0002.025 COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO UN 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.480,00 148,00 44,00

100,00 0,00 30,00 1.350,00 2.072,00 207,20 61,60

0001.0002.089 COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO UN 0,00 2,00 0,00 0,00 0,00 0,00

1.002,00 100,00 200,00

0,00 0,00 200,00 800,00 200,40 20,00 40,00

Destaca-se que há divergência também na unidade adotada para ataduras e compressas: enquanto que nas Notas Fiscais constam dúzias, no sistema da SMS constam unidades.

Essas divergências totalizam R$ 127.875,90 de saldo de material hospitalar não registrado no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Saúde.

A responsabilidade por essa divergência é do Prefeito, CPF nº ***.807.674-**. e do Secretário Municipal de Saúde, CPF nº ***.610.065-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"A correção já foi efetuada, conforme CD em anexo."

Análise do Controle Interno:

A análise da equipe foi realizada por meio de amostragem, para a qual foram selecionados treze itens mais relevantes, em quantitativo ou valores de aquisição.

As informações sobre a movimentação do material, colhidas durante os trabalhos de campo, estão relatadas no fato, tanto as relativas às entradas como às saídas. Tais informações demonstram que o sistema informatizado, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda para gerenciar e controlar os materiais sujeitos a registro no almoxarifado, não foi alimentado com a totalidade dos itens adquiridos, constantes das Notas Fiscais relacionadas no fato.

Os lançamentos foram refeitos após envio do Relatório Preliminar de Fiscalização, de acordo com as informações contidas nas Notas Fiscais relacionadas. Estes lançamentos extemporâneos não podem, nem devem ser acatados, tendo em vista que não refletem a realidade, uma vez que se trata apenas de transcrição de Notas Fiscais para o sistema informatizado, sem ter havido a conferência física do material no ato do lançamento.

Além disso, os lançamentos das saídas foram também refeitos para adequar-se aos novos quantitativos de entradas, sem haver demonstração documental da destinação dos materiais.

Os gestores não apresentaram justificativas para a falha apontada, mas apenas apresentaram novos lançamentos, motivo pelo qual fica mantida a constatação.

2.2. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ação Fiscalizada
Ação: 2.2.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL **Objetivo da Ação:** Cabe ao Conselho Municipal de Saúde atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social. Para recebimento de recursos federais na área da saúde, os Municípios devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

Dados Operacionais

Ordem de Serviço: 201216148	**Período de Exame:** 30/09/2010 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).	

2.2.1.1. Constatação:

O Fundo Municipal de Saúde não é gerido exclusivamente pelo Secretário Municipal de Saúde.

Fato:

O Fundo Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE não é gerenciado exclusivamente pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, conforme determina o art. 9º, combinado com o § 2º do art. 32 da Lei 8.080/90, bem como a alínea "a", do art. 3º da Lei Municipal nº 116/95, que instituiu o referido fundo.

Os ordenadores de Despesas do referido fundo são o Prefeito e o Secretário Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE, conforme observado nos Ofícios de autorizações dos pagamentos do período de janeiro a setembro de 2012.

Esse fato impossibilita que o titular da Secretaria Municipal de Saúde desempenhe com autonomia a gestão do fundo.

É responsável por este fato o Prefeito Municipal , no período compreendido entre setembro de 2010 e setembro de 2012, identificado pelo CPF ***.807.674-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

" A gestão do Fundo Municipal de Saúde é exercida plenamente pelo Secretário de Saúde. Essa assertiva não pode ser elidida pelo simples fato de os cheques também serem assinados pelo Prefeito Municipal.

Aliás, essa providência decorre de obediência a dispositivo legal, Lei nº 132/97, que em seu artigo 3º, prevê:

Art. 3º – São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I – Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de

Saúde;

III – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo fo Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;

V – Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI – Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII – Assinar cheques juntamente com o prefeito do Município;

Assim, não subsiste a irregularidade constatada.

Análise do Controle Interno:

Não há autonomia de fato, se para realizar qualquer pagamento com recursos do Fundo Municipal de Saúde é necessário que o chefe do executivo municipal, de acordo com a imposição da Lei Municipal nº 132/97. Essa atribuição poderia ser delegada para o Secretário Municiapl de Finanças ou Tesoureiro Municipal. Constatação mantida.

2.3. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada
Ação: 2.3.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA **Objetivo da Ação:** Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215829	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

2.3.1.1. Constatação:

Falhas pontuais em atendimentos realizados por equipes do Programa Saúde da Família - PSF.

Fato:

O resultado das visitas realizadas, no período de 23 a 26/10/2012, nas Unidades Básicas de Saúde da Família - UBS, principais e auxiliares, localizadas nos Povoados: Sapé e Chan (Equipe de Saúde da

Famíla - ESF n° 03); Tapera, Salvadorzinho, Água Bonita e Campos (ESF n° 04), Nova Descoberta (ESF n° 05); Rio Fundo da Cachoeira e Rio Fundo do Ponto (ESF n° 09), e das entrevistas realizadas, por amostragem, com as famílias residentes nos respectivos povoados, apontou boa qualidade nos atendimentos prestados por essas Equipes quanto aos seguintes aspectos:

- visita, pelo menos uma vez por mês, dos Agentes Comunitários de Saúde, inlcusive marcação de consultas (agendamento prévio) para atendimento nas UBS;

- atendimentos necessários realizados por médicos, enfermeiros, odontólogos e auxiliares;

- visitas de médicos e/ou enfermeiros nas residências, quando da impossibilidade de comparecimento às UBS por doença incapacitante, pós-cirurgia, estar acamado, entre outras;

- atendimento móvel de serviços prestados por odontólogos e auxiliares às famílias residentes em locais distantes das UBS.

No entanto, foram constatadas as seguintes falhas pontuais:

- à exceção de duas famílias (uma residente no Povoado Salvadorzinho e outra no Povoado Sapé), todos as demais entrevistadas informaram que nunca foram convidadas para participar de reuniões/palestras/encontros para orientação sobre cuidados básicos em saúde (pressão alta, diabetes, planejamento familiar, higiene, entre outras);

- das famílias entrevistadas, três de seis residentes na microárea 03 do Povoado Nova Descoberta e uma de seis na microárea 02 do Povoado Campos, informaram que o período de visita dos respectivos Agentes Comunitários de Saúde, normalmente supera um mês, dificultando a marcação de consultas nas respectivas Unidades Básicas de Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício n° 0159/2012, de 29/11/2012, o Município de Itaporanga D' Ajuda assim se manifestou:

"Discordamos da informação apresentada pela equipe de fiscalização da CGU, de que este município não realizou campanhas educativas nos Povoados Salvadorzinho e Sapé, visto que ocorreram mutirões e campanhas educativas voltadas para as diversas áreas da saúde, conforme peças comprobatórias em anexo.

Considerando o destaque no relatório da Controladoria Geral da União em relação às queixas de alguns usuários acerca da falta de visitas domiciliares dos ACS (acima de 30 dias) das micro 02 e 03 da área 04 e 05 respectivamente, encaminho em anexo as documentações comprobatórias das visitas domiciliares do Agentes comunitários de Saúde das referidas micros áreas."

Análise do Controle Interno:

Não procede a manifestação apresentada pelo Município de Itaporanga D' Ajuda, tendo em vista que em nenhum momento houve informação da falta de realização de campanhas educativas na área de saúde. Constatou-se, por meio de entrevistas realizadas por amostragem com os moradores locais, que, à exceção de duas famílias residentes (uma no Povoado Salvadorzinho e outra no Povoado Sapé), todos as demais entrevistadas nos povoados visitados informaram que nunca foram convidadas para participar de reuniões/palestras/encontros para orientação sobre cuidados básicos em saúde.

Quanto às vistas dos ACS, 50% dos moradores entrevistados na microárea 03 do Povoado Nova Descoberta e um morador residente na microárea 02 do Povoado Campos informaram que o período

de visita dos ACS **supera 30 dias**, dificultando a marcação de consultas nas respectivas Unidades Básicas de Saúde. Portanto, a alegação do Município de Itaporanga D' Ajuda não encontra respaldo com as informações prestadas nos questionários disponibilizados a esses moradores entrevistados.

2.3.1.2. Constatação:

Falta de atualização do número de famílias cadastradas no Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB.

Fato:

Ao realizar o cotejamento dos dados registrados no Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB (consultas datadas de 09 e 10/10/2012), com as informações constantes das Fichas "A", obtidas no período de 23 a 26/10/2012, junto aos Agentes Comunitários de Saúde responsáveis pelas microáreas dos Povoados Tapera, Rio Fundo, Nova Descoberta e Sapé, verificou-se divergência em relação ao número de famílias cadastradas, conforme quadro a seguir:

POVOADO TAPERA		
N° da Microárea	**N° Famílias – Cadastro SIAB**	**N° Famílias – Ficha "A"**
01	151	168
02	180	239
07	125	126
08	167	174
POVOADO RIO FUNDO		
N° da Microárea	**N° Famílias – Cadastro SIAB**	**N° Famílias – Ficha "A"**
01	121	143
02	137	121
03	187	219
04	165	189
06	98	104
POVOADO NOVA DESCOBERTA		
N° da Microárea	**N° Famílias – Cadastro SIAB**	**N° Famílias – Ficha "A"**
01	74	103
02	148	185
03	171	173
04	268	214
05	190	191
06	128	130
POVOADO SAPÉ		
N° da Microárea	**N° Famílias – Cadastro SIAB**	**N° Famílias – Ficha "A"**
01	258	159
02	161	246
03	105	103
04	163	164

07	101	100

A falta de atualização dos dados no SIAB contribui para a distribuição, não uniforme, do número de famílias por Agente Comunitário de Saúde, além de gerar sobrecarga no atendimento, como se observa nas microáreas 02 do Povoado Tapera, 03 do Povoado Rio Fundo, 04 do Povoado Nova Descoberta e 02 do Povoado Sapé.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício n° 0159/2012, de 29/11/2012, o Município de Itaporanga D' Ajuda assim se manifestou:

"Em anexo Relatório Consolidado de Famílias por agentes comunitários por micro- área, após atualização do SIAB, regularizando a pendência anotada."

Análise do Controle Interno:

A manifestação apresentada pelo Município de Itaporanga D' Ajuda corrobora o achado de fiscalização e a regularização ocorreu após o apontamento da equipe da CGU.

Ademais, não houve manifestação acerca das medidas a serem adotadas com vistas à distribuição uniforme do número de famílias por Agente Comunitário de Saúde nas microáreas 02 do Povoado Tapera, 03 do Povoado Rio Fundo, 04 do Povoado Nova Descoberta e 02 do Povoado Sapé, como forma de evitar sobrecarga no atendimento às famílias assistidas pelo Programa Saúde da Família - PSF.

2.3.1.3. Constatação:

Deficiências na infraestrutura de Unidades Básicas de Saúde da Família - UBS.

Fato:

O resultado da inspeção física, realizada no período de 22 a 26/10/2012, nas Unidades Básicas de Saúde da Família - UBS localizadas no Loteamento Nova Esperança (UBS recém construída) e nos Povoados: Nova Descoberta; Rio Fundo da Cachoeira; Rio Fundo do Ponto; Araticum; Duro; Tapera; Campos; Salvadorzinho; Água Bonita; Sapé; e Chan, apontou boa qualidade dos equipamentos, insumos e materiais necessários ao funcionamento das atividades das UBS e que as instalações são de uso exclusivo dos profissionais das Equipes de Saúde da Família.

No entanto, à exceção das instalações da nova UBS, verificou-se que as demais situadas nos Povoados visitados não estão adequadas ao disposto no item "Da infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica" do Anexo I da Portaria nº 2.488/2011 e no Manual de Estrutura Física das UBS, em relação às seguintes exigências mínimas:

a) Local para arquivos e registros: Não encontrado nas UBS situadas nos Povoados Araticum, Rio Fundo da Cachoeira, Rio Fundo do Ponto, Duro, Chan e Água Bonita;

b) Sala de vacinas: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

c) Sala de inalação coletiva: Não existente nas UBS situadas nos Povoados Rio Fundo da Cachoeira, Rio Fundo do Ponto, Araticum, Duro, Campos, Água Bonita e Chan. Nessas UBS, verificou-se apenas um aparelho de inalação para cada unidade. Na UBS localizada no Povoado Nova Descoberta, verificou-se que a sala de inalação coletiva é a mesma do consultório médico;

d) Sala de coleta: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

e) Sala de observação: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

f) Sala multiprofissional de acolhimento à demanda espontânea: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

g) Sala de administração e gerência: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

h) Sala de atividades coletivas para os profissionais: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados;

i) Abrigo de resíduos sólidos: Não existente em todas as UBS visitadas nos mencionados Povoados.

Em relação à estrutura física das mencionadas Unidades Básicas de Saúde da Família - UBS, a inspeção física apontou boa qualidade da nova UBS situada no Loteamento Nova Esperança. Entretanto, em relação às demais UBS localizadas nos Povoados visitados, foram constatadas fissuras, infiltrações e banheiros inutilizados por falta de manutenção da tubulação hidrosanitária, conforme registros fotográficos a seguir:

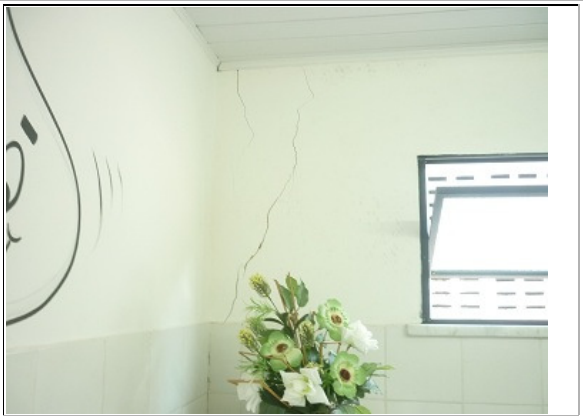
- Povoado Salvadorzinho:

Posto de Saúde do Povoado Salvadorzinho

Fissuras graves nas paredes internas da UBS

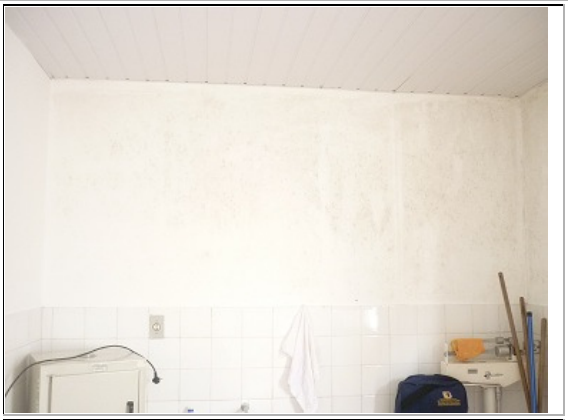
- Povoado Tapera:

Posto de Saúde do Povoado Tapera



Fissuras nas paredes internas do Consultório Médico

- Povoado Sapé:

	
Posto de Saúde do Povoado Sapé	Infiltrações nas paredes internas da UBS

- Povoado Nova Descoberta:

Posto de Saúde do Povoado Nova Descoberta	Tubulação hidrosanitária danificada - banheiros sem uso

- Povoado Rio Fundo da Cachoeira:

Posto de Saúde do Povoado Rio Fundo da Cachoeira	Infiltrações nas paredes internas da UBS

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício n° 0159/2012, de 29/11/2012, o Município de Itaporanga D' Ajuda assim se manifestou:

"Com relação à deficiência detectadas na infraestrutura das Unidades Básica de Saúde da família localizadas nos povoados Nova Descoberta, Rio Fundo do Ponto, Araticum, Duro, Tapera, Campos, Salvadorzinho, Água Bonita, Sapé e Chan, que não estão adequadas ao disposto no item da infraestrutura e funcionamento da atenção básica do Anexo I da Portaria 2.488/2011 e no manual de Estrutura física das UBS, informamos que as seguintes medidas foram adotadas:

A. Distribuição de armários fichários para arquivos e registros nas UBS dos povoados Araticum, Rio Fundo da Cachoeira, Rio Fundo do Ponto, Duro, Chan e Água Bonita.

Com relação às salas de vacinas, sala de inalação coletiva, sala de coleta, sala de observação sala multi profissional de acolhimento de demanda espontânea, sala de administração e gerencia sala de atividades coletivas para os profissionais e abrigo de resíduos sólidos, informamos que existem projetos de ampliação aprovados pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.170, de 05 de junho de 2012, referente ao Programa de Requalificação de Unidades Básica de Saúde (Componentes Ampliação) onde contempla as UBS dos povoados Nova Descoberta e Sapé. Além disso, as UBS dos Povoados 08 de março e Gravatá também foram contemplados pela citada Portaria, apesar de não incluídos no relatório desta CGU, demonstrando, assim, que a Municipalidade, em havendo possibilidade física e financeira, tem empreendido esforços no sentido de adequar as Unidades de Saúde aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

No tocante às UBS dos povoados Araticum e Salvadorzinho já existem Projetos prontos, estando apenas no aguardo da disponibilidade de recursos financeiros para implementá-los.

Os demais não foram realizados em virtude da ausência de área suficiente para a ampliação. O Município encontra-se à procura de outras áreas para a construção de novas unidades de saúde, a fim de que possa adquiri-las diretamente ou mediante desapropriação, a fim de atender às exigências mínimas elencadas na Portaria n°. 2.488/2011.

Com relação às fissuras e infiltrações e banheiros inutilizados por falta de manutenção da tubulação hidrossanitária apontadas nas UBS dos Povoados Salvadorzinho, Tapera, Sapé, Nova Descoberta e Rio Fundo da Cachoeira todas as medidas foram adotadas conforme registros fotográficos em anexo."

Análise do Controle Interno:

O Município de Itaporanga D' Ajuda corroborou o achado de fiscalização e informou que foram adotadas medidas com vistas a regularizar as deficiências na infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde da Família - UBS visitadas. No entanto, não se manifestou sobre a necessidade da realização de reforma das estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde situadas nos Povoados Salvadorzinho e Nova Descoberta que se encontram em situação precária, conforme registros fotográficos acima, podendo comprometer o funcionamento dessas UBS.

Em relação à falta de atendimento às exigências mínimas estabelecidas no Anexo I da Portaria nº 2.488/2011 e no Manual de Estrutura Física das UBS, o Município limitou-se a informar que existem projetos de ampliação aprovados pelo Ministério da Saúde.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.3.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE **Objetivo da Ação:** Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215527	**Período de Exame:** 01/06/2011 a 30/09/2012

Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 273.514,20
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

2.3.2.1. Constatação:

A Secretaria Estadual de Saúde não efetivou a contrapartida.

Fato:

O artigo 2º da Portaria GM MS nº 4.217, de 28.12.2010 fixa a título de contrapartida estadual, ao custeio da assistência farmacêutica básica, o valor de R$ 1,86 por habitante por ano.

O Estado de Sergipe regulamentou essa Portaria Ministerial por meio do Decreto nº 26.857, de 27 de janeiro de 2010, alterado pelo Decreto nº 27.201, de 23 de junho de 2010, que estabeleceu que a Secretaria Estadual de Saúde deveria repassar de forma automática para o Fundo Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda a quantia mensal de R$ 4.548,79 de contrapartida básica, acrescida de R$ 1.222,79 de incentivo, totalizando assim, R$ 5.771,58 de contrapartida estadual.

A Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda/SE disponibilizou informações contendo liberações de recursos estaduais para o exercício de 2010. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, não houve aporte de contrapartida financeira estadual para a Assistência Farmacêutica Básica nos exercícios de 2011 e 2012.

A Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe solicitou informações acerca da contrapartida municipal por meio do Ofício nº 29877/2012 – CGU-Regional/SE/CGU/PR, datado de 09 de outubro de 2012, à Secretaria Estadual de Saúde, que não atendeu ao referido expediente.

O Secretário Estadual de Saúde de Sergipe deixou de repassar ao Município de Itaporanga D'Ajuda/SE a importância acumulada de R$ 69.258,96, referente ao período objeto dessa fiscalização, de outubro de 2011 a setembro de 2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não se aplica

Análise do Controle Interno:

Não se aplica

2.3.2.2. Constatação:

Controle deficiente dos medicamentos adquiridos com recursos do Programa de Assistência Farmacêutica Básica.

Fato:

Em visita à clínica de saúde da família Umberto Mandarino no município de Itaporanga D'Ajuda/SE, local onde são recebidos os medicamentos do Programa de Assistência Farmacêutica Básica e distribuídos para a Farmácia dessa Unidade, único local onde são dispensados medicamentos para toda a população do município, constatou-se a insuficiência dos controles utilizados. O sistema informatizado utilizado para controlar a entrada e saída dos medicamentos não permite resgatar informações sobre estoque de meses anteriores ao corrente.

A dispensação é realizada unicamente na farmácia da clínica de saúde da família, todavia todas as sete equipes que atendem a população distantes da sede do município possuem um kit contendo medicamentos básicos que são dispensados nos locais de atendimento. Esses kits são contabilizados na farmácia básica da clínica de saúde da família.

Não há registros informatizados que possibilitem verificar a dispensação de medicamentos de cada uma das sete Unidades Básicas de Saúde.

O Ministério da Saúde disponibiliza aos municípios o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HÓRUS- que contempla todas as informações necessárias para o acompanhamento do Programa de Assistência Farmacêutica Básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Com relação à dispensação de medicamentos serem realizados unicamente na Clinica de Saúde da Família Umberto Mandarino justificamos que as demais UBS do nosso município não possuem ambiente climatizado desta forma interferindo na qualidade terapêutica do medicamento, portanto sem condições para armazenamento destes medicamentos. Informamos que há dispensação também na UBS do loteamento Santo Antonio (recém-inaugurada) sendo as demais unidades contempladas com kits de medicamentos básicos que são dispensados nos locais de atendimentos.

Com relação à falta de registro informatizados das UBS que possibilite verificar a dispensação desses medicamentos informamos que o nosso município através da Portaria nº 22. de 15 Agosto de 2012 foi habilitado a receber recursos destinado ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no Eixo Estrutura ao tempo em que aderiu ao Sistema HÓRUS visando estruturar e qualificar a assistência farmacêutica municipal. Em anexo peças comprobatórias."

Análise do Controle Interno:

Os gestores em sua manifestação apresentaram as providências adotadas, que regularizarão assim que forem implementadas as ações do QUALIFAR-SUS, no entanto a constatação refere-se ao período examinado, portanto, mantém-se a constatação.

2.3.2.3. Constatação:

Divergência quantitativa entre os dados das Notas Fiscais de aquisição de medicamentos e valores registrados no sistema informatizado, no valor de R$ 41.828,30.

Fato:

Os quantitativos de medicamentos registrados no sistema informatizado, usado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE, não estão coerentes com os itens constantes das Notas Fiscais da empresa identificada pelo CNPJ nº 07.330.200/0001-51, conforme quadro a seguir:

- 19 de junho de 2012 – Notas Fiscais 5444, 5446, 5454, 5456, 5457, 5458, 5459, 5461, 5462, 5463, 5464, 5465 e 5470.

27 de junho de 2012 – Notas Fiscais 5634, 5635, 5636, 5637, 5638, 5639, 5640, 5642, 5643, 5644 e 5645.

Item	Sistema SMS	Notas Fiscais	Diferença quantitativa	Valor Unitário	Valor Total
Acebrofilina 5mg/ml inf xrp	50	100	50	R$ 1,02	R$ 51,00
Acido acetil salicilico 100 mg comp	30000	71000	41000	R$ 0,01	R$ 410,00
Acido fólico 5 mg comp	6200	8000	1800	R$ 0,02	R$ 36,00
Albendazol 40 mg/ml susp 10 ml	400	1150	750	R$ 0,47	R$ 352,50
Albendazol 400 mg comp	480	6000	5520	R$ 0,12	R$ 662,40
Ambroxol 3 mg/ml xpe inf 100 ml	20	50	30	R$ 0,81	R$ 24,30
Ambroxol 60 mg/ml xpe adulto 100 ml	280	337	57	R$ 0,89	R$ 50,73
Amoxicilina 500 mg	-	52000	52000	R$ 0,06	R$ 3.120,00
Amoxicilina + clav potassio 50/12,5mg/ml susp 75 ml		200	200	R$ 6,52	R$ 1.304,00
Ampicilina 500 mg comp	4000	5000	1000	R$ 0,10	R$ 100,00
Anlodipino 10 mg comp	-	35000	35000	R$ 0,03	R$ 1.050,00
Anlodipino 5 mg comp	-	21600	21600	R$ 0,02	R$ 432,00
Atenolol 10 mg comp	11200	15000	3800	R$ 0,03	R$ 114,00
Atenolol 50 mg comp	5000	23000	18000	R$ 0,02	R$ 360,00
Captopril 25 mg	120000	150000	30000	R$ 0,02	R$ 600,00
Carbocisteína 50 mg/ml xpe adulto 100 ml	100	200	100	R$ 0,95	R$ 95,00

cefalexina susp 250 mg/ml 100 ml	350	500	150	R$ 2,42	R$ 363,00
Ciprofloxacino 500 mg	-	12000	12000	R$ 0,09	R$ 1.080,00
Dexametasona creme 10 grs	-	500	500	R$ 0,65	R$ 325,00
Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml sol 120 ml	-	800	800	R$ 0,86	R$ 688,00
Diclofenaco Potássico 50 mg comp	7500	10000	2500	R$ 0,03	R$ 75,00
Diclofenaco resinato gotas 20ml	150	200	50	R$ 1,89	R$ 94,50
Diclofenaco sódico 75 mg inj 3 ml	-	700	700	R$ 0,35	R$ 245,00
Dipirona sódica gotas 10 ml	1000	2300	1300	R$ 0,42	R$ 546,00
Enalapril 20 mg comp	13000	20000	7000	R$ 0,02	R$ 140,00
Enalapril 5 mg comp	5000	10000	5000	R$ 0,02	R$ 100,00
Eritromicina 50 mg/ml susp 60 ml	50	400	350	R$ 1,89	R$ 661,50
Eritromicina 500 mg comp	500	3000	2500	R$ 0,19	R$ 475,00
Espironolactona 25 mg comp		500	500	R$ 0,18	R$ 90,00
fenoterol 5mg/ml gotas 20 ml	-	400	400	R$ 0,80	R$ 320,00
Fluconazol 150 mg comp	600	8000	7400	R$ 0,17	R$ 1.258,00
Glibenclamida 5 mg comp	7000	10000	3000	R$ 0,02	R$ 60,00
Hidrocortizona 500 mg amp	350	500	150	R$ 2,47	R$ 370,50
Hidroxido de alumínio + magnésio comp	-	2000	2000	R$ 0,21	R$ 420,00

Hidroxido de alumínio + magnésio 240 ml	60	1200	1140	R$ 0,95	R$ 1.083,00
Ibuprofeno 20 mg/ml susp oral 100 ml	300	400	100	R$ 3,40	R$ 340,00
Ibuprofeno 200 mg comp	2000	15000	13000	R$ 0,10	R$ 1.300,00
Ibuprofeno 600 mg comp	-	20000	20000	R$ 0,05	R$ 1.000,00
Levodopa + benzerazida 200mg/50mg comp		1000	1000	R$ 2,12	R$ 2.120,00
Mebendazol 100 mg comp	3000	6000	3000	R$ 0,02	R$ 60,00
Mebendazol 20 mg/ml susp 30 ml	450	3300	2850	R$ 0,45	R$ 1.282,50
Metformina 500 mg comp	-	3000	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
Metformina 850 mg comp	7000	55000	48000	R$ 0,04	R$ 1.920,00
Metildopa 250 mg comp	-	10000	10000	R$ 0,06	R$ 600,00
Metoclopramida 10 mg comp	-	2000	2000	R$ 0,03	R$ 60,00
metoclopramida gotas 10 ml	-	600	600	R$ 0,45	R$ 270,00
Metronidazol 250 mg comp	6000	8000	2000	R$ 0,03	R$ 60,00
Metronidazol 40 mg/ml susp 100 ml	-	400	400	R$ 1,10	R$ 440,00
metronidazol gel 50gr+aplicador	370	1300	930	R$ 1,10	R$ 1.023,00
Miconazol cr vag 60 grs + baplicador		500	500	R$ 1,16	R$ 580,00
Nimesulida 100 mg comp	15000	20000	5000	R$ 0,04	R$ 200,00

Nistatina 100.000ui/ml susp 120 ml	50	350	300	R$ 2,64	R$ 792,00
oleo mineral sol 100 ml	-	200	200	R$ 1,65	R$ 330,00
Omeprazol 20 mg comp	4160	40000	35840	R$ 0,03	R$ 1.075,20
Paracetamol 15 ml sol	-	2200	2200	R$ 0,42	R$ 924,00
Paracetamol 500 mg comp	12000	35000	23000	R$ 0,03	R$ 690,00
Paracetamol 500 mg comp	-				
polivitaminico comp	-	20000	20000	R$ 0,08	R$ 1.600,00
Predisona 1,34mg/ml susp 10 ml gen	-	700	700	R$ 1,75	R$ 1.225,00
Predisona 20 mg comp	-	5000	5000	R$ 0,05	R$ 250,00
Predisona 5 mg comp	2400	8000	5600	R$ 0,04	R$ 224,00
Propanol 40 mg comp	38000	40000	2000	R$ 0,02	R$ 40,00
Ranitidina 150 mg comp	12000	35000	23000	R$ 0,03	R$ 690,00
sais p rehidração oral 27,9 grs	500	600	100	R$ 0,28	R$ 28,00
Sinvastatina 20 mg comp	5000	60000	55000	R$ 0,08	R$ 4.400,00
Sulfa + trimetropina 100 ml	-	100	100	R$ 1,45	R$ 145,00
Sulfa + trimetropina 400 + 80 mg comp	-	3000	3000	R$ 0,04	R$ 120,00
Sulfato de Salbutamol gen xpe 100 ml	140	200	60	R$ 0,72	R$ 43,20

sulfato ferroso comp	1000	50000	49000	R$ 0,03	R$ 1.470,00

- 01 de agosto de 2012 – Notas Fiscais 6381, 6386, 6388 e 6390.

- 15 de agosto de 2012 – Nota Fiscal 6709.

Item	Sistema SMS	Nota Fiscal	Diferença quantitativa	Valor Unitário	Valor Total
Acebrofilina 5mg/ml inf xrp	220	500	280	1,02	285,6
Ambroxol 15 mg/ml xpe inf 100 ml	-	400	400	0,81	324
Ambroxol 60 mg/ml xpe adulto 100 ml	77	200	123	0,89	109,47
Aminofilina 100 mg comp	-	100	100	0,02	2
Amoxicilina + clav potassio 50/12,5mg/ml susp 75 ml	-	100	100	6,62	662
Amoxicilina 500 mg caps	-	20000	20000	0,06	1200
Amoxicilina 500 mg/5ml susp 150 ml	-	300	300	1,65	495
Azitromicina 500 mg comp	-	7000	7000	0,32	2240
Azitromicina 600 mg suspensao 15 ml	-	180	180	2,25	405
Benzoato de Benzila 60 ml	35	50	15	0,89	13,35
Carbocisteína 20 mg xpe inf 100 ml	300	500	200	0,9	180
Carbocisteína 50 mg/ml xpe adulto 100 ml	115	200	85	0,95	80,75
Cefalexina 250 mg/ml 100 ml	-	400	400	2,42	968

Cefalexina 500 mg comp	-	10000	10000	0,2	2000
Ciproflaxicino 500 mg comp	-	8000	8000	0,09	720
DEXAMETASONA ELIXIR	45	50	5	1,02	5,1
Diclofenaco Potássico 50 mg comp	4000	5000	1000	0,03	30
Diclofenaco resinato gotas 20ml	150	200	50	1,89	94,5
Diclofenaco sódico 75 mg inj 3 ml	-	2000	2000	0,35	700
Hidrocortizona 100 mg amp	-	500	500	1,15	575
Hidrocortizona 500 mg amp	-	500	500	2,47	1235
Hidroxido de alumínio + magnésio comp	740	1000	260	0,21	54,6
Hidroxido de alumínio + magnésio 100 ml	800	1000	200	0,95	190
Ibuprofeno 20 mg/ml susp oral 100 ml	50	400	350	3,4	1190
Ibuprofeno 200 mg comp	-	20000	20000	0,1	2000
Ibuprofeno 600 mg comp	-	5000	5000	0,04	200
Ibuprofeno 600 mg comp	-	20000	20000	0,05	1000
Nimesulida 100 mg comp	4000	5000	1000	0,04	40
Nimesulida 50mg/ml gotas	600	800	200	0,6	120
Omeprazol 20 mg comp	4300	10000	5700	0,03	171

Salbutamol xpe 100 ml	70	100	30	0,72	21,6
Sinvastatina 20 mg comp	7000	10000	3000	0,08	240
Sulfa + trimetropina 100 ml	-	150	150	1,45	217,5
Sulfa + trimetropina 400 + 80mg comp	-	3000	3000	0,04	120
Terbutalina inj ampola 1 ml	-	100	100	1,05	105

Essas divergências totalizam R$ 41.828,30 de saldo a descoberto de medicamentos não registrados no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Saúde.

A responsabilidade por essa divergência é do Prefeito, CPF nº ***.807.674-**.e do Secretário Municipal de Saúde, CPF nº ***.610.065-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Conforme comprovam os relatórios insertos no CD em anexo, as correções já foram realizadas, sanando, assim, por completo a irregularidade apontada."

Análise do Controle Interno:

As informações sobre as entradas de medicamentos, colhidas durante os trabalhos de campo, estão espelhadas no fato. Tais informações demonstram que o sistema informatizado, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE para gerenciar e controlar a distribuição de medicamentos, não foi alimentado com a totalidade dos itens adquiridos, constantes das Notas Fiscais relacionadas no fato.

Novos lançamentos foram feitos, após envio do Relatório Preliminar de Fiscalização, de acordo com as informações contidas nas Notas Fiscais relacionadas. Estes lançamentos extemporâneos não podem, nem devem ser acatados, tendo em vista que não refletem a realidade, uma vez que se trata apenas de transcrição de Notas Fiscais para o sistema informatizado, sem ter havido a conferência física dos medicamentos no ato do lançamento.

Os gestores não apresentaram justificativas para a falha apontada, apenas apresentaram novos lançamentos, motivo pelo qual fica mantida a constatação.

2.3.2.4. Constatação:

A Secretaria Municipal de Saúde não efetivou a contrapartida em sua totalidade.

Fato:

O Programa da Assistência Farmacêutica Básica da cidade de Itaporanga D'Ajuda/SE é gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que os recursos federais são repassados diretamente à conta específica do Programa.

Nos extratos bancários não constam depósitos dos recursos municipais ou estaduais correspondentes à contrapartida, ressaltando-se que a conta corrente específica recebeu depósitos exclusivamente do Fundo Nacional de Saúde, no período examinado, que abrange outubro de 2011 a setembro de 2012.

Da análise da documentação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde, restou demonstrado que parte da contrapartida municipal foi efetuada por meio de medicamentos, no valor de R$ 7.502,00, referentes à Nota Fiscal 3929, de 12 de março de 2012.

Outros documentos foram disponibilizados, mas referem-se a períodos anteriores, bem como, em sua maioria, não se referem medicamentos do componente básico de assistência.

A população considerada pelo Fundo Nacional de Saúde é de 29.347 habitantes, gerando um aporte financeiro mensal de R$ 12.472,48 da União para o Fundo Municipal de Saúde. Desse modo, tendo em vista que o valor anual por habitante que o município deve aportar ao programa é R$ 1,86, constata-se que não foram disponibilizados R$ 47.083,48 a título de contrapartida municipal nos doze meses compreendidos entre outubro de 2011 e setembro de 2012.

Os responsáveis pela falta de disponibilização integral da contrapartida municipal ao Programa de Assistência Farmacêutica Básica no município são o Prefeito, CPF nº ***.807.674-** e o Secretário Municipal de Saúde, CPF nº ***.610.065-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"A irregularidade estará sendo sanada, com a efetivação do depósito na respectiva conta."

Análise do Controle Interno:

Os gestores reconheceram o fato como irregular e se comprometeram a saneá-lo por meio de depósitos na conta bancária do programa.

Portanto, a constatação é mantida enquanto os gestores não comprovarem o depósito de R$ 47.083,48 em atraso, bem como, a regularidade dos depósitos mensais subsequentes.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.3.3. 8581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE **Objetivo da Ação:** Financiamento para a adequação e ampliação da rede de serviços de a- tenção básica de saúde; apoio técnico e financiamento para melhoria a- dequação da rede de serviços caracterizada como de primeira referência para a atenção básica.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216471	**Período de Exame:** 19/05/2010 a 07/12/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 200.000,00
Objeto da Fiscalização: Construção/Reforma de Unidade de saúde.	

2.3.3.1. Constatação:

Alteração do projeto aprovado para construção da Unidade Básica de Saúde localizada no

Loteamento Nova Esperança, sem anuência/aprovação da autora responsável pela elaboração, gerando aditivo contratual com inclusão de itens não licitados, no valor total de R$ 35.048,38.

Fato:

O Município de Itaporanga D' Ajuda/SE teve seu pleito aprovado pelo Ministério da Saúde, para construção de uma Unidade Básica de Saúde da Família, Porte 1, destinada a abrigar uma Equipe de Saúde da Família, localizada no Loteamento Nova Esperança (Santo Antônio), com recursos oriundos de transferência do Fundo Nacional de Saúde - FNS ao Fundo Municipal de Saúde, no valor de R$ 200.000,00.

Considerando a Portaria n° 2.226, de 18/09/2009, republicada no D.O.U. n° 182, de 23/09/2009, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o objetivo de criar mecanismos que possibilitem o financiamento da construção de UBS, como forma de prover infraestrutura adequada ao desempenho das Equipes de Saúde da Família e conforme consulta ao Sistema - SISPAG, de 17/10/2012, verificou-se que foram liberados até o momento o total de R$ 150.000,00, em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 10% - R$ 20.000,00 e a segunda referente a 65% - R$ 130.000,00, restando um saldo a liberar no valor de R$ 50.000,00.

Para a consecução do objeto mencionado, o Município de Itaporanga D' Ajuda/SE realizou em 04/11/2011 o procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços n° 08/2011, em conformidade com a Lei n° 8.666/93, e celebrou em 18/11/2011 o Contrato de Execução n° 066/2011 com a empresa vencedora do certame, de CNPJ n° 14.068.410/0001-89, que apresentou proposta no valor de R$ 175.801,54, com economia de R$ 18.789,14 em relação ao orçamento licitado (R$ 194.590,68).

Ainda a respeito da análise do certame, verificou-se que o orçamento licitado baseou-se no projeto, de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n° 00027082318395011723, de autoria da Arquiteta e Urbanista, com registro no CREA n° 11245/D, aprovado nos termos da Portaria n° 2.226, de 18/09/2009 e da RDC 50 da ANVISA, conforme apreciação da Gerência de Planejamento em Projetos de Arquitetura Hospitalar - COPLAH/SES/SE da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, encaminhada ao Secretário Municipal de Saúde, CPF n° ***.610.065-**, pela Diretoria Estadual de Atenção Básica - SES/SE, por meio do Ofício n° 31/2011, referência DEAB/SES, datado de 02/03/2011.

No entanto, chamou atenção o fato que, decorridos quase nove meses da emissão da Ordem Inicial de Serviço, datada de 28/11/2011, o Secretário Municipal de Obras, CPF n° ***.590.393-**, em 20/08/2012, um mês antes do término das obras (Termo de Recebimento datado de 21/09/2012), apresentou justificativa para aditamento ao Contrato de Execução n° 066/2011, no valor de R$ 35.048,38, após receber, em 15/08/2012, expediente da empresa contratada que alegou "correção de erros iniciais de quantificação do projeto licitado, assim como de inclusão de novos serviços", contendo tanto a planilha original alterada quanto a de aditivo.

Além da justificativa ter sido apresentada de forma intempestiva, próximo ao término das obras, chamou atenção, ainda, a falta de encaminhamento da alteração proposta pela empresa contratada para apreciação da autora do projeto licitado, inclusive da memória de cálculo referente aos quantitativos dos novos serviços, com vistas à elaboração de novo projeto executivo, se fosse o caso.

Essa falha impossibilitou a verificação da compatibilidade dos novos serviços propostos pela empresa contratada, tendo em vista a necessidade prévia de apreciação por parte da autora do projeto aprovado.

Logo em seguida, em 24/08/2012, o Secretário Municipal de Saúde, CPF n° ***.610.065-**, **sem anuência/aprovação da autora do projeto**, acatou a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Obras e assinou dois aditivos (2° e 3° Termos Aditivos ao contrato original) com a empresa responsável pela execução das obras.

O 2° Termo Aditivo apresentou-se com supressão e acréscimo de quantitativos de itens licitados, no total de R$ 14.287,61, sem alteração do valor incial contratado (R$ 175.801,54).

Já em relação ao 3° Termo Aditivo, verificou-se que houve **inclusão de 14 itens não licitados no total de R$ 35.048,38**, correspondente a 19,94% do valor inicial contratado, aumentado o valor pactuado para R$ 210.849,92.

A seguir, elaborou-se um quadro contendo os novos itens não licitados, objeto do 3° Termo Aditivo ao Contrato de Execução n° 066/2011:

Descrição	Ud	Qtde. 3° Aditivo	P.Unit. 3° Aditivo (R$)	P.Total 3° Aditivo (R$)
FUNDAÇÃO: Alvenaria de pedra calcárea argamassada c/ cimento e areia traço t-4(1:5) – 1 saco de cimento 50 kg / 5 padiolas de areia dim. 0,35x0,45x0,23m – Confecção mecânica e transporte	**m³**	57,81	235,20	13.596,91
PAVIMENTAÇÃO: Soleira alta resistência moldada "in-loco", e=2 cm, l=15 cm	**m**	15,20	22,69	344,89
INST. ELÉTRICA: Ponto de ventilador em teto, com eletroduto de pvc flexível sanfonado aparente d=3/4"	**un**	11,00	108,18	1.189,98
INST. HIDROSANITÁRIA: Registro gaveta c/ canopla cromada, d=20mm (3/4") - ref.1509 Deca ou similar	**un**	9,00	59,93	539,37
INST. HIDROSANITÁRIA: Caixa de passagem cp2-080 (60x60x80cm)	**un**	5,00	271,01	1.355,05
INST. HIDROSANITÁRIA: Fornec. e assent. De tubo pvc 100mm, p/esgoto, com escavação e reaterro h=0,50m	**m**	53,50	29,11	1.557,39
INST. HIDROSANITÁRIA: Fornec. e assent. De tubo pvc 150mm, p/esgoto, com escavação e reaterro h=0,50m	**m**	14,10	35,81	504,92
INST. HIDROSANITÁRIA: Caixa d'água em fibra de vidro – instalada, sem estrutura de suporte cap. 1.000 litros	**un**	2,00	412,62	825,24
COBERTURA: Cobertura em policarbonato alveolar de 4mm, fixado em peças de tubo galvanizado inclusive instalação e pintura	**m²**	12,84	359,43	4.615,08
ESQUADRIAS: Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi-ôca, 0,70x2,10m, inclusive batente de 16 a 19cm e ferragens	**un**	2,00	301,99	603,98
ESQUADRIAS: Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi-ôca, 0,90x2,10m, inclusive batente de 16 a 19cm e ferragens	**un**	1,00	365,88	365,88
ESQUADRIAS: Porta em alumínio, de correr ou abrir, tipo moldura/veneziana, com	**m²**	7,20	288,20	2.075,04

ferragens, exclusive vidros, cor fosca				
DIVERSOS: Corrimão em tubo de ferro galvanizado (altura=1,00m), com barras verticais a cada 2,00 m (2”), barra horizontal intermediária (1 1/2”) e barra horizontal superior (1 1/2”)	**m**	17,20	140,46	2.415,91
DIVERSOS: Guarda-corpo tubo ferro 3”, alt=0,60m, com espaçamento entre as colunas de 4,00m	**m**	42,10	120,16	5.058,74
TOTAL				**35.048,38**

É importante ressaltar que, de acordo com disposto no parágrafo único do art. 7° da mencionada Portaria, o Município deve cumprir as metas propostas e os compromissos assumidos.

Portanto, a Secretaria Municipal de Saúde deveria submeter, previamente, à apreciação da autora do projeto aprovado, o pleito apresentado pela empresa contratada referente à alteração/inclusão de quantitativos de itens de projeto, inclusive das respectivas memórias de cálculo.

Ressalte-se, ainda, que conforme medições (n° 01 a 05 e n° 01 do 3° aditivo ao contrato) e de acordo com o resultado da inspeção física realizada em 22/10/2012, o objeto encontra-se 100% concluído e sendo utilizado pela Equipe de Saúde da Família, conforme registros fotográficos a seguir:

Unidade Básica de Saúde - Loteamento Nova Esperança	Unidade Básica de Saúde - Loteamento Nova Esperança

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício n° 0159/2012, de 29/11/2012, o Município de Itaporanga D' Ajuda assim se manifestou:

"Importa salientar que o aditamento ao Contrato de Execução nº 066/2011, no valor de R$ 35.048,38 foi realizado a titulo de contrapartida do município, levando em consideração diversos fatores tais como fluxos de atendimentos e as atividades planejadas a serem desenvolvidas conforme nossa necessidade.

Entendemos que não houve descumprimento à Portaria nº 2.226, de 18/09/2009 e Portaria nº 3.854, de 08/12/2010 que altera a redação do artigo 7º da Portaria 2.226/2009. Em anexo copias das mencionadas portarias.

Em Anexo, documentos que comprovam que somente recursos próprios foram empregados no

pagamento do citado aditivo contratual."

Análise do Controle Interno:

O Município de Itaporanga D' Ajuda limitou-se a informar que o aditivo contratual, no valor de R$ 35.048,38, decorrente da alteração do projeto de construção da Unidade Básica de Saúde localizada no Loteamento Nova Esperança, foi realizado com recursos de contrapartida municipal.

Essa manifestação não procede, tendo em vista que o cerne da questão reside na alteração do projeto original aprovado sem anuência/aprovação da autora responsável por sua elaboração, o que pode comprometer o funcionamento da Unidade Básica de Saúde.

Ademais, o Município não apresentou os motivos que levaram à alteração do projeto original quase no término das obras, bem como da falta de encaminhamento dos novos serviços aditados para apreciação da autora do projeto original, com vistas à elaboração de novo projeto, se fosse o caso.

Essa falha impossibilitou a verificação da compatibilidade dos novos serviços realizados, em função da falta de projeto contemplando os novos serviços aditados.

3. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

* TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
* SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
* PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

3.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
Ação: 3.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) **Objetivo da Ação:** Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216065	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 10.217.736,00

Objeto da Fiscalização:
Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.

3.1.1.1. Constatação:

Servidores municipais beneficiários do Programa Bolsa Família com renda *per capita* superior à estabelecida no Programa.

Fato:

O Cruzamento dos dados da folha de pagamento do PBF e do CadÚnico (base julho de 2012) com as informações registradas na Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2011 (meses de outubro, novembro e dezembro) revelou a existência de famílias beneficiárias do PBF com renda *per capita* familiar acima de meio salário mínimo, que é o limite permitido para a permanência no Programa (tabela abaixo), tendo como parâmetro o disposto no art. 6º da Portaria nº 617, de 11/08/2010, devido possuírem pelos menos um membro servidor da Prefeitura Municipal de Itaporanga D'ajuda.

SERVIDORES MUNICIPAIS BENEFICIÁRIOS DO PBF					
CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
102849072	21256166466	05/01/2012	238,00	968,88	03/02/2004
261449567	16224068675	10/11/2011	90,00	981,00	05/02/2004
261449648	12327467189	31/05/2012	272,00	381,50	
	12221650389				21/07/2008
261548972	16397976271	06/08/2010	116,25	510,32	05/11/2004
	12360658265				09/04/2008
	16526357114				
	16095503745				

SERVIDORES MUNICIPAIS BENEFICIÁRIOS DO PBF					
CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
382392990	16105198508	20/08/2009	89,00	545,00	03/02/2004
1460308263	16149164358	06/08/2010	80,00	319,36	01/02/2009
	10838325561		80,00		08/10/2010
	16149143776		80,00		
	16626299027		80,00		
	16312588662		80,00		
2180084307	19005540705	06/08/2010	255,00	425,87	03/02/2004
	12674161762				14/07/2010
	20481905329				
	20724478153				
2304814697	12449621999	03/05/2012	181,00	347,41	22/02/2010
	20481910675				
	12820186760				01/02/2009
2319897330	12430185875	26/01/2012	70,00	316,00	01/03/2010
	12861803764				

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a

seguinte manifestação:

"Vide justificativa apresentada pela Secretaria de Assistência Social e Trabalho em anexo.

Informa que ad cautelam os beneficiários foram bloqueados no sistema, a fim que os mesmos possam comparecer perante a secretaria para regularizar a situação".

"Com relação ao item 4.1.1.4 constatação 004: O Gestor Municipal do Programa Bolsa Família relata que, realiza o recadastramento e atualização cadastral dos beneficiários deste programa periodicamente através da parceria com os agentes comunitários de saúde, os quais nos auxiliam nos confrontos dos dados do CADUNICO com a "Ficha A".

Vale ressaltar que a atualização cadastral de uma grande parte das famílias supracitadas é realizada através de visita domiciliar pelo Serviço Social do CRAS, bem como todas as denúncias que a Coordenação deste programa tem conhecimento é encaminhado para investigação, por Assistente Social do CRAS, conforme apresentamos cópia de encaminhamentos em anexo.

Considerando também que ao realizar a atualização dos dados cadastrais, muitas das vezes as famílias omitem informações, principalmente em relação à renda familiar, sendo que estas são auto declaratórias. O Gestor Municipal não dispõe de recursos humanos suficientes para investigar uma demanda de 4.983 beneficiários e 6.691 cadastros.

Entretanto, apresentamos em anexo documentos comprobatórios de bloqueios no Sibec realizado pelo Município a fim de regularizar e atender as normas e requisitos do Programa Bolsa Família.".

Análise do Controle Interno:

A despeito da Prefeitura ter comprovado o bloqueio dos benefícios questionados, mantemos nossa constatação para que a Senarc/MDS tome ciência do fato e possa acompanhar o processo de repercussão automática de benefícios, acompanhar o cancelamento e avaliar a pertinência de reaver os valores recebidos indevidamente, quando for o caso. Além disso, cabe ressaltar que a justificativa apresentada pelo Gestor sobre a omissão de renda por parte das famílias não é aplicável nos casos apresentados, uma vez que apenas a renda proveniente dos salários pagos pela própria Prefeitura Municipal de Itaporanga D'ajuda, de conhecimento do Gestor, é suficiente para caracterizar a renda per capita superior ao estabelecido no Programa.

3.1.1.2. Constatação:

Aposentados/pensionistas do INSS integrando famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com indícios de renda *per capita* superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

O Cruzamento dos dados da folha de pagamento do PBF e do CadÚnico (base julho de 2012) com as informações registradas na folha de beneficiários do INSS (base julho de 2012), revelou a existência de famílias beneficiárias do PBF com renda *per capita* familiar acima de meio salário mínimo, que é o limite permitido para a permanência no Programa (tabela abaixo), tendo como parâmetro o disposto no art. 6º da Portaria nº 617, de 11/08/2010, devido possuírem pelos menos um membro aposentado/pensionista do INSS.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
70213054	20036853989	05/10/2011	5,00	622,00	14/11/2011
70231702	12321997143	24/01/2012	33,00	484,93	16/06/2008
	12534326262				
	20036918118				
70236429	12394359600	24/10/2011	272,00	775,30	20/10/2006
	16066170628				
70787573	20036900200	20/01/2012	80,00	622,00	13/03/2001
70787654	12036756370	19/04/2012	181,00	358,57	26/10/2010
	20036919092				
	20036919106				
	16066610474				
	20036919122				
	12762226769				
261445308	12224803933	22/03/2012	70,00	828,04	30/03/2012
	16351324212				
	16350732333				
261449648	12221650389	31/05/2012	272,00	381,50	

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
	12327467189				
261482343	12296802607	10/04/2010	70,00	622,00	25/09/2003
261507192	16574111707	09/12/2010	137,50	373,50	23/03/1999
	16095554609				
	16526460829				
	16397433294				
261508083	20036923022	01/06/2009	20,00	622,00	17/05/2010
	16573316291				08/11/2007
261521853	16176250812	01/02/2012	0,00	413,22	27/04/2009
	12107720381				05/01/2011
	12651428762				
	12651433766				
	20036877055				
	16176033447				
261534670	10659024516	27/01/2012	0,00	414,67	16/05/2012
	16525793999				03/11/2010
	16001407658				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
261550799	12413016459	10/01/2012	302,00	312,64	08/09/2009
	16398198043				
297538640	16400922440	26/01/2012	181,00	339,90	06/01/2006
	16098393908				
	16227127451				
382385519	16105203374	20/08/2009	33,33	622,00	26/05/2008
382393538	12430221650	27/02/2012	60,00	988,44	24/10/2002
382395824	21261786663	16/01/2012	218,00	622,00	13/07/1968
413731111	16354114138	11/04/2012	4,00	622,00	05/08/2008
502393688	12366354780	07/06/2011	65,00	322,88	20/10/1985
	12366410753				
	16113702856				
	16591768441				
579588742	12327429619	09/01/2012	70,00	622,00	22/11/2009
750535784	16431567561	01/06/2010	50,00	622,00	14/10/2009
1357927975	12430217874	26/01/2012	136,00	449,53	01/12/2010
	12675475779				28/04/2009

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
	16443198434				
	16519136027				
1647738270	16466339581	09/12/2010	100,00	316,04	25/10/2010
	16466290639				
	16292155030				
1661569064	12184169791	19/01/2012	136,00	441,49	24/10/2007
	12394315174				
	16166536985				
	16166536942				
1778407730	12891797762	06/08/2010	50,00	622,00	07/03/2006
1904089283	12071191015	15/10/2010	127,50	350,58	24/06/2006
	12430221731				
	12835982762				
	21212516135				
1904089798	12430219443	05/09/2009	30,00	622,00	10/11/2010
2112346725	12221649771	11/01/2012	66,00	352,99	02/01/2011
	16671023205				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
	21223976965				
2125439700	12366384558	06/03/2012	225,00	472,73	05/12/2011
	13096800315				
	20458628535				
	16671710520				
2139130626	12465286902	12/03/2012	60,00	622,00	24/08/2009
2208416678	12430169748	16/04/2012	103,00	420,61	21/06/1994
	12107720365				16/03/2011
	12446071882				
	16450619857				
	16682078324				
	16526378227				
2304820581	21261180463	27/12/2011	136,00	622,00	30/04/1984
2304822282	20607477312	09/03/2009	45,00	622,00	25/09/2010
2311865927	12868482769	14/01/2011	40,00	622,00	19/01/2012
2319895477	12430221774	27/01/2012	109,00	356,00	06/04/2005
	12318569640				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
	16300889166				
	21203779951				
	23609169563				
2319895558	12386210466	30/01/2012	0,00	383,80	26/04/2006
	20724474174				
	16507657450				
2377379222	10224119025	04/08/2011	25,00	358,97	10/05/2010
	12652468768				
	12641727767				
	16336359787				
2422276350	12386210679	04/01/2012	80,00	330,41	04/08/2009
	20458626885				
2422278302	12394322634	09/10/2009	25,00	311,90	31/08/2008
	21240953587				
2453416332	16515427000	24/01/2012	100,00	622,00	05/01/2011
2464967467	16516019305	25/01/2012	0,00	622,00	14/03/2011
2464967971	17001905850	10/11/2010	160,00	622,00	09/05/2011

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		INSS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Início Benefício
2464973351	12118318032	11/12/2009	70,00	622,00	27/08/2009
2464974161	21243085608	15/10/2010	60,00	1.080,05	17/06/1999
2526979870	20036845919	10/11/2010	30,00	622,00	19/10/2010
2526982154	10873360777	10/04/2010	50,00	418,48	13/04/2011
	16351488266				23/02/2012
	20036942566				
2564905463	12291136587	01/06/2010	50,00	622,00	27/03/2012
2576977995	12948684767	18/06/2010	50,00	622,00	03/05/2011
2576978371	10226256143	18/06/2010	40,00	622,00	22/12/2009
2642272206	10603946612	15/10/2010	40,00	622,00	07/10/2011
2711659445	12107944689	06/01/2012	70,00	622,00	02/10/2008
3184170810	12327469645	16/04/2012	33,00	318,12	30/01/1989
	12845405768				
	20622545897				
3185365526	21261956801	27/04/2012	0,00	622,00	08/10/2004
3207904602	20102395998	13/02/2012	0,00	622,00	25/06/1996

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Vide justificativa apresentada pela Secretaria de Assistência Social e Trabalho em anexo.

Informa que ad cautelam os beneficiários foram bloqueados no sistema, a fim que os mesmos possam comparecer perante a secretaria para regularizar a situação".

"Com relação ao item 4.1.1.5 constatação 005: O Gestor Municipal do Programa Bolsa Família relata que, realiza o recadastramento e atualização cadastral dos beneficiários deste programa periodicamente através da parceria com os agentes comunitários de saúde, os quais nos auxiliam nos confrontos dos dados do CADUNICO com a "Ficha A".

Vale ressaltar que a atualização cadastral de uma grande parte das famílias supracitadas é realizada através de visita domiciliar pelo Serviço Social do CRAS, bem como todas as denúncias que a Coordenação deste programa tem conhecimento é encaminhado para investigação, por Assistente Social do CRAS, conforme apresentamos cópia de encaminhamentos em anexo.

Considerando também que ao realizar a atualização dos dados cadastrais, muitas das vezes as famílias omitem informações, principalmente em relação à renda familiar, sendo que estas são auto declaratórias. O Gestor Municipal não dispõe de recursos humanos suficientes para investigar uma demanda de 4.983 beneficiários e 6.691 cadastros.

Entretanto, apresentamos em anexo documentos comprobatórios de bloqueios no Sibec realizado pelo Município a fim de regularizar e atender as normas e requisitos do Programa Bolsa Família.".

Análise do Controle Interno:

A despeito da Prefeitura ter comprovado o bloqueio dos benefícios questionados, mantemos nossa constatação para que a Senarc/MDS tome ciência do fato e possa acompanhar o processo de repercussão automática de benefícios, acompanhar o cancelamento e avaliar a pertinência de reaver os valores recebidos indevidamente, quando for o caso.

3.1.1.3. Constatação:

Servidores estaduais beneficiários do Programa Bolsa Família com evidências de renda *per capita* superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

O Cruzamento dos dados da folha de pagamento do PBF e do CadÚnico (base julho de 2012) com as informações registradas na Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2011 (meses de outubro, novembro e dezembro) revelou revelou a existência de famílias beneficiárias do PBF com renda *per capita* familiar acima de meio salário mínimo, que é o limite permitido para a permanência no Programa (tabela abaixo), tendo como parâmetro o disposto no art. 6º da Portaria nº 617, de 11/08/2010, devido possuírem pelo menos um membro servidor do governo do Estado de Sergipe.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
3194367137	22811144403	03/05/2012	116,00	926,50	01/01/2010
1632130700	12277736645	18/10/2011	109,00	350,18	

	10815600132				25/06/1985
	20004299501				
1466271566	16626811712	20/08/2009	75,00	513,80	01/01/2010
	16149639437				17/12/2010
	16626819896				
	16626820045				

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Vide justificativa apresentada pela Secretaria de Assistência Social e Trabalho em anexo.

Informa que ad cautelam os beneficiários foram bloqueados no sistema, a fim que os mesmos possam comparecer perante a secretaria para regularizar a situação".

"Com relação ao item 4.1.1.5 constatação 005: O Gestor Municipal do Programa Bolsa Família relata que, realiza o recadastramento e atualização cadastral dos beneficiários deste programa periodicamente através da parceria com os agentes comunitários de saúde, os quais nos auxiliam nos confrontos dos dados do CADUNICO com a "Ficha A".

Vale ressaltar que a atualização cadastral de uma grande parte das famílias supracitadas é realizada através de visita domiciliar pelo Serviço Social do CRAS, bem como todas as denúncias que a Coordenação deste programa tem conhecimento é encaminhado para investigação, por Assistente Social do CRAS, conforme apresentamos cópia de encaminhamentos em anexo.

Considerando também que ao realizar a atualização dos dados cadastrais, muitas das vezes as famílias omitem informações, principalmente em relação à renda familiar, sendo que estas são auto declaratórias. O Gestor Municipal não dispõe de recursos humanos suficientes para investigar uma demanda de 4.983 beneficiários e 6.691 cadastros.

Entretanto, apresentamos em anexo documentos comprobatórios de bloqueios no Sibec realizado pelo Município a fim de regularizar e atender as normas e requisitos do Programa Bolsa Família.".

Análise do Controle Interno:

A despeito da Prefeitura ter comprovado o bloqueio dos benefícios questionados, mantemos nossa constatação para que a Senarc/MDS tome ciência do fato e possa acompanhar o processo de repercussão automática de benefícios, acompanhar o cancelamento e avaliar a pertinência de reaver os valores recebidos indevidamente, quando for o caso.

3.1.1.4. Constatação:

Beneficiários do Programa Bolsa Família com indícios de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

O Cruzamento dos dados da folha de pagamento do PBF e do CadÚnico (base julho de 2012) com as informações registradas na Relação Anual de Informações Sociais-RAIS 2011 (meses de outubro, novembro e dezembro) revelou a existência de famílias beneficiárias do PBF com renda *per capita* familiar acima do limite permitido para a permanência no Programa (tabela abaixo) devido possuírem pelos menos um membro com vínculo trabalhista com empresas, tendo como parâmetro o disposto no art. 6º da Portaria nº 617, de 11/08/2010.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
70234132	16066469135	25/05/2011	119,00	558,34	03/04/2009
70236690	12277736173	09/03/2012	50,00	851,34	04/01/2011
261445308	16351324212	22/03/2012	70,00	504,08	
	12224803933				15/07/2011
	16350732333				
261489780	16573185766	10/04/2012	0,00	723,32	01/03/2010
261517740	16397326358	16/02/2012	60,00	397,04	03/04/2009
261540998	16525880050	27/12/2011	60,00	321,2	
	12394318483				01/03/2010
	16573313845				
261543741	12437613945	09/08/2011	116,00	325,92	
	10438464432				07/01/2008
	20036895592				
	16095168814				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	20036895576				
	16095168849				
261545604	12386208917	14/05/2012	151,00	363,33	01/07/2009
	12395494498				01/02/2011
	16573568916				
261547739	16526097260	05/03/2012	56,00	395,39	
	10857611981				03/11/2010
	16000714743				
	16095011702				
261548972	16397976271	06/08/2010	116,25	510,32	05/11/2004
	12360658265				09/04/2008
	16526357114				
	16095503745				
261552309	16574090920	11/01/2012	40,00	665,54	10/06/2010
297543563	17005271716	10/04/2012	17,00	602,45	01/04/2010
	16227089088				
	12184132715				18/11/2009

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
502406925	16415829107	16/01/2012	25,00	480,21	01/05/2004
	16591729810				
	16312581935				
502417374	12446054511	29/02/2012	16,00	321,17	
	12531731581				01/10/2011
	16242198127				
579574520	12667485108	29/05/2012	135,00	560,72	12/06/2006
579580172	12607741760	30/01/2012	160,00	995,31	03/06/2003
579585301	20366592305	23/02/2012	0,00	434,05	
	12327475610				08/08/2011
	16247328746				
	16616434118				
	16674625028				
579586707	16247287349	01/03/2012	33,00	333,83	
	16247305290				01/06/2011
	16596789110				
	16596694616				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	16118706205				
	16508721195				
579593312	20036903986	18/05/2011	8,00	578,42	
	12527485873				16/01/1998
	20036903978				
	16328401079				
579594980	12612315766	06/08/2010	132,50	947,69	05/04/2010
641568428	20036890981	27/12/2010	0,00	447,33	
	12234387584				30/05/2011
750537809	12424430987	10/01/2012	125,00	425,1	
	16148423724				
	16696648837				
	16696657291				
	12366403080				01/02/2001
750546719	16129584874	26/04/2012	109,00	408,64	
	16257995877				09/02/2009
	16607516573				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	16607530614				
	16627171806				
750548681	16431566735	15/10/2010	25,00	427,54	09/09/2011
	12665983763				10/11/2010
	16431628374				
	16480889135				
1321047924	16139232687	20/01/2012	45,00	630	11/08/2011
1357924879	12674163765	13/10/2010	25,00	416,12	04/05/2009
	16662757986				
1407480839	20907744278	24/01/2012	181,00	340,47	
	12413032128				05/10/2009
	23609034307				
1422419037	20950970144	06/10/2008	0,00	332,64	02/01/2006
	16146441016				
1460308263	16149164358	06/08/2010	80,00	319,36	01/02/2009
	10838325561				08/10/2010
	16149143776				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	16626299027				
	16312588662				
1466271566	16626811712	20/08/2009	75,00	513,8	01/01/2010
	16149639437				17/12/2010
	16626819896				
	16626820045				
1653368624	20036912586	14/01/2011	80,00	526,77	
	12594560768				01/11/2002
	16642164327				
1661568920	12437607813	10/04/2010	33,33	365,73	
	12221589949				23/05/2011
	16176220042				
1723905089	12649173760	20/04/2012	25,00	316,35	03/01/2011
	16473145800				
1740635396	20036899369	04/01/2010	25,00	466,23	
	10744882815				17/11/2010
1884226507	12838119763	26/01/2012	187,00	317,39	

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	12430226954				17/05/2011
	21211533052				
1953667430	12596202761	31/08/2011	66,00	438,03	
	16662233227				01/08/2011
	16487121631				
2012355102	12419582529	09/03/2009	50,00	316,84	04/01/2010
	20458626265				
	16316039817				
2031803646	12413015029	09/01/2012	75,00	361,25	
	12224839393				01/10/2010
2116427541	12734181764	08/02/2012	0,00	345,55	
	12757111762				19/10/2010
	16671255092				
	16332523159				
2116429080	21224218819	04/01/2012	136,00	385,86	
	12613252768				01/02/2001
	16164000123				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	21224220627				
2139130979	12677968764	27/12/2010	50,00	441,97	21/07/2010
	12446065645				16/08/2011
	20724471582				
	21225374628				
2180084307	19005540705	06/08/2010	255,00	425,87	03/02/2004
	12674161762				14/07/2010
	20481905329				
	20724478153				
2180086431	12660541762	09/12/2010	127,50	433,34	19/07/2010
	12638334768				02/08/2010
	16325299575				
	16258017100				
2180086784	16325288522	15/10/2010	33,33	449,86	17/09/2010
2212109466	12922945768	13/01/2012	27,00	418,27	
	12645634763				17/10/2011
	20481909561				

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
2256089282	12857116898	24/01/2012	16,00	840,63	03/01/2011
2269041569	12366421968	15/10/2010	127,50	330,02	
	12384973535				07/12/2007
	21232272517				
	16679377286				
2286026963	20036889290	01/06/2012	0,00	629,08	
	12224820579				13/10/2009
2291890166	16331109979	10/11/2010	127,50	558,34	03/04/2009
2304814697	12449621999	03/05/2012	181,00	347,41	22/02/2010
	20481910675				
	12820186760				01/02/2009
2311862588	20036857186	10/11/2010	255,00	437,02	01/06/2010
	20724471248				
2311864360	12861948762	14/01/2011	60,00	617,95	19/09/2011
2311867547	12430129630	13/01/2012	272,00	687,58	15/07/2010
	13418380319				04/07/2011
2319894233	16350939493	28/07/2011	62,00	357,73	

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
	12620386766				23/09/2010
	21234990158				
	16507653080				
2359781243	13149923319	21/11/2011	68,00	347,72	
	12430242852				22/03/2011
2422281605	12823549767	12/01/2012	272,00	412,99	
	12864007764				01/09/2010
2464971650	12631525762	21/09/2011	204,00	321,88	21/07/2010
	12518358473				01/06/2010
	16515998016				
	16516006203				
2464973947	13159365319	15/10/2010	75,00	850,88	08/08/2011
	12162375186				13/10/2010
	20665452947				
	20665452939				
2494876753	20036811968	11/02/2010	60,00	532,89	13/07/2011
2533230618	12424426416	05/01/2012	70,00	801,51	18/05/2011

CÓDIGO FAMILIAR	NIS Nº	CADÚNICO		RAIS	
		Data Última Atualização	Renda Per Capita Familiar R$	Renda Per Capita Familiar R$	Data Admissão Trabalhista
2547804905	12599216763	10/11/2010	50,00	1087,15	01/08/2003
2576979777	16226976897	18/06/2010	33,33	387,57	
	12712432764				23/09/2011
	16346762231				
2576983618	12623030768	15/10/2010	0,00	393,66	02/05/2001
	20481911930				
3171465485	12665427763	10/01/2012	136,00	751,13	01/06/2005
	21261602627				
	21261614323				
3178581901	12719726763	16/01/2012	122,00	500,08	16/05/2007
	21261769114				
	22010759159				
3192818336	12861927765	27/01/2012	30,00	810,44	01/10/2011
3235117326	12831180769	07/05/2012	34,00	606,78	
	12706386764				10/09/2003
3252665492	20458617665	26/03/2012	66,00	340,03	04/05/2011
	22813122563				

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Vide justificativa apresentada pela Secretaria de Assistência Social e Trabalho em anexo.

Informa que ad cautelam os beneficiários foram bloqueados no sistema, a fim que os mesmos possam comparecer perante a secretaria para regularizar a situação".

"Com relação ao item 4.1.1.5 constatação 005: O Gestor Municipal do Programa Bolsa Família relata que, realiza o recadastramento e atualização cadastral dos beneficiários deste programa periodicamente através da parceria com os agentes comunitários de saúde, os quais nos auxiliam nos confrontos dos dados do CADUNICO com a "Ficha A".

Vale ressaltar que a atualização cadastral de uma grande parte das famílias supracitadas é realizada através de visita domiciliar pelo Serviço Social do CRAS, bem como todas as denúncias que a Coordenação deste programa tem conhecimento é encaminhado para investigação, por Assistente Social do CRAS, conforme apresentamos cópia de encaminhamentos em anexo.

Considerando também que ao realizar a atualização dos dados cadastrais, muitas das vezes as famílias omitem informações, principalmente em relação à renda familiar, sendo que estas são auto declaratórias. O Gestor Municipal não dispõe de recursos humanos suficientes para investigar uma demanda de 4.983 beneficiários e 6.691 cadastros.

Entretanto, apresentamos em anexo documentos comprobatórios de bloqueios no Sibec realizado pelo Município a fim de regularizar e atender as normas e requisitos do Programa Bolsa Família.".

Análise do Controle Interno:

A despeito da Prefeitura ter comprovado o bloqueio dos benefícios questionados, mantemos nossa constatação para que a Senarc/MDS tome ciência do fato e possa acompanhar o processo de repercussão automática de benefícios, acompanhar o cancelamento e avaliar a pertinência de reaver os valores recebidos indevidamente, quando for o caso.

3.2. PROGRAMA: 2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ação Fiscalizada
Ação: 3.2.1. 2A60 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA **Objetivo da Ação:** Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216266	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 132.300,00

Objeto da Fiscalização: CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.

3.2.1.1. Constatação:

Realização de despesas inelegíveis com cabeleireiro, manicure e pedicure para usuários do CRAS e ausência de controle na prestação dos serviços.

Fato:

Por meio de visita ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, bem como pelo exame da documentação suporte à execução dos recursos do programa, verificou-se que foram firmados os contratos 59, 60 e 61/2011 e 05, 06, 07 e 11/2012 para prestação de serviços de cabeleireiro e manicure/pedicure a beneficiários atendidos pelo CRAS. Tal ação não se enquadra entre as passíveis de financiamento com recursos do Piso Básico Fixo, previstas no artigo 4º da Portaria MDS nº 442/2005.

Adicionalmente, tais contratos previam os valores unitários a serem pagos aos profissionais por atendimento realizado. No entanto, não foi apresentada comprovação dos atendimentos realizados, por meio de assinatura dos beneficiários, ou ao menos uma relação dos mesmos. O valor total pago aos profissionais, conforme notas fiscais de prestação de serviços foi de R$ 2.280,00 em 2011 e R$ 6.120,00 até agosto de 2012. Tal fato evidencia falha na execução do programa, sob responsabilidade da Secretária de Assistência Social do município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"No tocante ao item 4.2.2.1 Constatação 001 – informamos que o Gestor Municipal contratou os serviços de cabeleireiro, manicure e pedicure com a finalidade de promover a elevação da auto-estima, uma ação de higiene, beleza e bem estar, junto às famílias referenciadas do CRAS e que este serviço foi estendido às famílias das comunidades rurais beneficiadas do Programa Bolsa Família, durante o evento realizado pela Prefeitura, Saúde e Ação Social onde o CRAS participou de forma efetiva prestando os seguintes serviços: agendamento de atendimento do Programa Bolsa Família, solicitação de Carteira do Idoso, encaminhamento do BPC, emissão de carteira de identidade através de parceria com o Governo do Estado – Secretaria de Segurança Pública. Entretanto, informamos que não houve registro de assinaturas dos mencionados serviços".

Análise do Controle Interno:

A despeito das considerações apresentadas pelo Gestor sobre a importância da ação, a mesma não se enquadra na legislação que regulamenta o Programa. Ainda, em sua manifestação, o Gestor confirma a ausência de controle dos atendimentos e da entrega de materiais mencionados na constatação por meio de assinatura dos beneficiários. Foram apresentadas sete fotos de atendimentos realizados, o que não se mostra suficiente para comprovar o cumprimento dos contratos firmados, os quais, conforme já informado, previam a quantidade de atendimentos mensais a serem realizados por cada profissional. Pelo exposto, mantemos nossa constatação.

3.3. PROGRAMA: 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ação Fiscalizada
Ação: 3.3.1. 2060 - PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL **Objetivo da Ação:** Verificação no âmbito do município da atuação do gestor municipal quanto aos gastos dos recursos da Ação de Governo e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215899	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 481.000,00
Objeto da Fiscalização: SCFV Atuação do gestor municipal no planejamento, execução e acompanhamento das atividades socioeducativas, ofertadas no SCFV, principalmente quanto ao oferecimento de infraestrutura adequada para realização do serviço e quanto à qualidade dos gastos realizados para custeio do serviço, assim como a gestão e o controle das frequências dos beneficiários.	

3.3.1.1. Constatação:

Existência no SISPETI de beneficiários na situação de "nunca vinculados".

Fato:

Analisando-se as informações constantes do Sispeti, foi verificada a existência de 309 beneficiários na situação de "nunca vinculados" a um dos núcleos de execução do SCFV em Itaporanga D'ajuda, conforme consulta realizada em 19/10/2012. Nova consulta em 31/10/2012 demonstrou a redução desse número para 202 beneficiários. A ausência de vinculação de beneficiários a um dos núcleos de execução do SCFV faz com que o atendimento à frequência mínima por parte dos mesmos, ainda que apurado no local, não seja informado no sistema, contrariando previsão do item 4.1 da Instrução Operacional Conjunta SNAS/SENARC MDS Nº 5 de abril de 2010. Tal fato evidencia falha no controle da frequência às atividades socioeducativas das crianças/adolescentes beneficiários do PETI, sob responsabilidade da Secretária de Assistência Social do Município e da Coordenadora do PETI.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012 de 29/11/2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga D´Ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Quanto ao item 4.3.1.4, Constatação 004 em relação aos beneficiários "nunca vinculados" informamos que atualmente temos 194 crianças que não estão vinculadas ao SISPETI, em virtude que algumas delas não estão marcadas no campo 10 e, no entanto as mesmas não são do PETI e o MDS é quem libera o sistema para vinculação da mesma. Destacamos que o Gestor não tem poder para alterar o sistema e por isso apresenta esta pendência. Ao tempo em que existem crianças que são do PETI, estão marcadas no campo 10 e, entretanto, o sistema não libera sua vinculação. Também existem muitas crianças que já completaram idade e ainda continuam para serem vinculadas, onde deveriam ser substituídas

Ressaltamos que o sistema monitorado pelo MDS não consegue acompanhar a atualização dos municípios, entendemos que seja pelo volume de informações recebidas ao mesmo tempo. Verificamos que isso acontece não só com o sistema de informações do PETI, como também no acompanhamento da educação no Projeto Presença e da saúde no Programa de Acompanhamento

do Peso".

Análise do Controle Interno:

A despeito do Gestor responsabilizar o MDS pela impossibilidade de vinculação dos beneficiários aos locais de execução do SCFV, as consultas realizadas ao Sispeti demonstram que, ao menos em parte, tal situação se deve à não atualização do Sistema pela Secretaria de Assistência Social. Nas consultas realizadas em 19/10/2012, 31/10/2012 e 03/12/2012, o total de crianças/adolescentes no Sispeti é o mesmo, 790, de modo que não houve novas liberações por parte do MDS de beneficiários passíveis de vinculação. O número de crianças/adolescentes nunca vinculados, no entanto, foi de 309, 202 e 194, respectivamente, comprovando que no período os Gestores Municipais atualizaram a situação de 115 beneficiários.

Quando o Gestor menciona "*algumas delas não estão marcadas no campo 10 e, no entanto as mesmas não são do PETI*" imaginamos que queira informar que o MDS não deveria ter incluído tais crianças adolescentes no Sispeti, uma vez que o Município não apontou situação de trabalho infantil já que não marcou o campo 10 do CadÚnico. Neste caso, assiste razão ao Gestor, uma vez que tais beneficiários, de fato, não deveriam ser vinculados. No entanto, não foram apontadas quantas ou quais crianças/adolescentes entre os 194 nunca vinculados estão nesta situação. Por fim, quanto às crianças "*que já completaram idade e ainda continuam para serem vinculadas*", as mesmas não são abrangidas pela situação apontada, uma vez que já deveriam ter sido vinculadas ao núcleo que frequentavam e, ao completarem a idade limite, passariam à situação de "desvinculados" e não de "nunca vinculados". Pelas situações expostas, tanto em relação às falhas do Gestor Municipal quanto à eventual falha do MDS na inclusão de beneficiários do Sispeti, mantém-se a constatação.

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37052
08/10/2012

Capítulo Dois
Itaporanga d'Ajuda/SE

Introdução

Neste capítulo estão as situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizadas dos Programas de Governo Federais, cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **gestor municipal**. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e Programas de Governo.

1. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2012 a 31/12/2012:

* Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 0004 - Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social

Ação Fiscalizada
Ação: 1.1.1. 0004 - Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social **Objetivo da Ação:** Levantamento de informações referentes aos contadores responsáveis pelo acompanhamento de unidades municipais fiscalizadas no âmbito do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Levantamento de informações acerca da gestão municipal.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216005	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 31/12/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Informações a serem utilizadas em levantamentos gerenciais.	

1.1.1.1. Constatação:

Descumprimento do Prazo de dois dias úteis para comunicar a partidos políticos, entidades empresariais e sindicatos de trabalhadores os recursos recebidos do Governo Federal.

Fato:

Na verificação do cumprimento da Lei nº 9.452/97, quanto à comunicação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais dos recursos federais recebidos pelo município, foi observado que a Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda adota procedimento para comunicação que não atende completamente a lei supracitada. De acordo com o art. 2 da Lei nº 8.452/97, o prazo para comunicação é de dois dias úteis do recebimento do recurso. No entanto, a Prefeitura faz um comunicado, no início do mês, englobando os recursos recebidos de todos os programas federais recebidos no mês anterior.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012 de 29/11/2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga D´Ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"A obrigação imposta pela nº 9.452/1997 de obrigar o Ente Municipal a informar aos partidos políticos o recebimento de recursos federais, na forma como prevista, encontra-se totalmente dissociada da realidade vivenciada pelas Unidades da Federação.

Isto porque atualmente, tais informações são publicadas através da internet, no site transparência pública, além do Diário Oficial da União e quadro de avisos deste Município, como constatado pela Equipe de Fiscalização.

Assim, embora não tenha havido comunicação escrita e dirigida a cada um dos partidos que possuem diretórios neste Município, a finalidade precípua da lei foi plenamente atingida, razão pela qual a irregularidade não merece subsistir."

Análise do Controle Interno:

Nesta constatação foi verificado o não cumprimento do prazo de dois dias úteis para o gestor municipal comunicar aos partidos políticos e organizações sindicais dos recursos recebidos do

governo federal, em observação ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452/1997. O gestor, através do Ofício nº 159/2012, afirmou que a Lei está dissociada da realizada das Unidades da Federação e que a finalidade pretendida com a mesma é alcançada com a publicação na impressa oficial, portal da transparência e quadro de aviso do Município, mesmo sem a comunicação escrita.

Primeiramente, não se trata aqui da falta de comunicação, pois, no período de campo, as mesmas foram apresentadas à equipe de fiscalização, em resposta à Solicitação de Fiscalização Dados Gerais/01. O tempo entre o recebimento dos recursos e a comunicação às entidades listadas na lei supracitada é que foi objeto desta constatação, pois a mesma fixa o prazo de dois dias úteis, enquanto a Prefeitura somente está comunicando no início do mês todos os recursos recebidos no mês anterior. Desta forma, um recurso recebido nos primeiros dias do mês, leva cerca de trinta dias para ser comunicado, prazo muito superior ao legalmente fixado.

Quanto às outras afirmações do gestor, entende-se que não cabe juízo de valor no cumprimento ou não desta ou de qualquer outra norma legal, haja vista o Princípio da Legalidade que abrange toda Administração Pública, seja Federal, Estadual ou Municipal. Observa-se que o artigo 2º da Lei nº 9.452/1997, determinou às Prefeituras do Município beneficiário da liberação de recursos federais que notificassem aos partidos políticos, às entidades sindicais e às entidades empresariais com sede no município, destas liberações, no prazo de dois dias úteis do recebimento de tais recursos, não cabendo, portanto, discricionariedade do administrador quanto ao cumprimento da mesma.

Portanto, havendo a liberação de recursos federais, o gestor municipal fica obrigado a realizar a notificação prevista na Lei 9.452/1997, no prazo de dois dias úteis, mesmo que tais informações sejam publicadas em portais de transparência, diários oficiais ou qualquer outro meio de comunicação.

Diante do acima exposto, fica mantida a constatação.

2. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 30/09/2012:

* Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
* Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental
* Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica **Objetivo da Ação:** Garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino básico público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215482	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	

Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 457.929,14
Objeto da Fiscalização: Atuação da Entidade Executora - EEx Prefeituras atendidas através de repasse de recursos do PNATE, com vistas a atender os alunos do Ensino Básico público, residentes em área Rural, constantes do Censo Escolar de 2011.	

2.1.1.1. Constatação:

Ausência de controle de utilização dos veículos contratados para o transporte escolar.

Fato:

O município de Itaporanga D'Ajuda realizou o Pregão Presencial nº 053/2010, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para alunos e professores da rede municipal e estadual de ensino. Ao todo, foram licitadas 64 linhas, contemplando todo o município. Deste total, 21 linhas são pagas com recursos do PNATE.

A licitação foi realizada tendo como base para o preço o quilômetro percorrido, de acordo com o porte do veículo. Desta forma, o pagamento é realizado através do cálculo do total de quilômetros percorridos no período, multiplicado pelo valor por quilômetro. Para que não ocorra pagamento a maior ou a menor, é necessário que haja o controle da utilização dos veículos contratados para o transporte escolar com a aferição diária da quilometragem percorrida, prática não utilizada no município de Itaporanga D'Ajuda.

Uma vez que não há controle, os pagamentos são efetuados com base nas informações de quilometragem fornecidas pela empresa contratada.

Os processos de pagamento relativos ao transporte escolar trazem apenas a indicação do item do contrato (a linha que o ônibus percorre), o total de quilômetros percorridos, o custo unitário e o total por linha, conforme amostra analisada, detalhada nas tabelas a seguir:

Nota Fiscal nº 317 – 20/01/2012

Item	Descrição	km	Valor Unitário	Valor Total
6	VESPERTINO: POV. CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA NOTURNO: POV. COLÔNIA SAPÉ, CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA.	3360	R$ 2,67	R$ 8.971,20
9	VESPERTINO/NOTURNO: POV. TELHA E TAPERA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	2205	R$ 2,67	R$ 5.887,35
57	VESPERTINO/NOTURNO: RIO FUNDO DA CACHOEIRA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	1116	R$ 1,51	R$ 1.685,16

45	MATUTINO/VESPERTINO: POV. LÍNGUA DE VACA PARA SAPÉ	1470	R$ 1,51	R$ 2.219,70
31	MATUTINO: POV. COLÔNIA SAPÉ E CHAN PARA SAPÉ	264	R$ 2,67	R$ 704,88
19/ 20	VESPERTINO: POV. MATA DO IPANEMA, COVA D'ÁGUA, DIRA E ALDEIA PARA ITAPORANGA	1680	R$ 2,67	R$ 4.485,60
			TOTAL	**R$ 23.953,89**

Nota Fiscal nº 551 – 16/05/2012

Item	**Descrição**	**km**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
6	VESPERTINO: POV. CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA NOTURNO: POV. COLÔNIA SAPÉ, CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA.	3360	R$ 2,67	R$ 8.971,20
9	VESPERTINO/NOTURNO: POV. TELHA E TAPERA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	2205	R$ 2,67	R$ 5.887,35
57	VESPERTINO/NOTURNO: RIO FUNDO DA CACHOEIRA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	3906	R$ 1,51	R$ 5.898,06
19/ 20	VESPERTINO: POV. MATA DO IPANEMA, COVA D'ÁGUA, DIRA E ALDEIA PARA ITAPORANGA	1680	R$ 2,67	R$ 4.485,60
			TOTAL	**R$ 25.242,21**

Nota Fiscal nº 611 – 18/06/2012

Item	**Descrição**	**km**	**Valor**	**Valor Total**

			Unitário	
6	VESPERTINO: POV. CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA NOTURNO: POV. COLÔNIA SAPÉ, CHAN E SAPÉ PARA ITAPORANGA D'AJUDA.	3520	R$ 2,67	R$ 9.398,40
9	VESPERTINO/NOTURNO: POV. TELHA E TAPERA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	2310	R$ 2,67	R$ 6.167,70
57	VESPERTINO/NOTURNO: RIO FUNDO DA CACHOEIRA PARA ITAPORANGA D'AJUDA	4092	R$ 1,51	R$ 6.178,92
19/ 20	VESPERTINO: POV. MATA DO IPANEMA, COVA D'ÁGUA, DIRA E ALDEIA PARA ITAPORANGA	1760	R$ 2,67	R$ 4.699,20
			TOTAL	**R$ 26.444,22**

Não há, desta forma, como comprovar que os veículos efetivamente percorreram as quilometragens indicadas pela empresa contratada, e que geraram os pagamentos relativos aos exercícios de 2011 e 2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda/SE apresentou a seguinte manifestação:

"A Secretaria de Educação orientou ao servidor responsável pelo transporte escolar a aferir o controle de utilização dos veículos."

Análise do Controle Interno:

O gestor reconhece a falha apontada, de sorte que se mantém a constatação na íntegra.

2.1.1.2. Constatação:

O Conselho do FUNDEB não atua no acompanhamento da execução do PNATE.

Fato:

A partir da análise do livro de atas relativo às reuniões do Conselho do Fundeb no exercício de 2011, verificou-se que há 12 atas, conforme detalhado na tabela a seguir:

Data	Observações/Pauta

12/01/2011	Cancelada por falta de quórum.
06/04/2011	Análise de despesas do Fundeb.
12/04/2011	Discussão a respeito do PNATE.
14/04/2011	Leitura de notícia sobre fiscalização da CGU.
19/04/2011	Análise de documentação do PNATE.
26/04/2011	Análise de documentação do PNATE.
29/04/2011	Cancelada por falta de quórum.
19/07/2011	Cancelada por falta de quórum.
29/07/2011	Cancelada por falta de quórum.
29/11/2011	Cancelada por falta de quórum.
15/12/2011	Cancelada por falta de quórum.
22/12/2011	Eleição de presidente.

Conforme se pode observar, 06 das 12 reuniões foram canceladas por falta de quórum, o que levou o Conselho a não se reunir entre 26/04/2011 e 22/12/2011, totalizando 240 dias, ou 08 meses.

Além disso, apenas 03 das 06 reuniões abordaram o acompanhamento do PNATE, tendo a última dessas reuniões ocorrido em 26/04/2011, de onde se conclui que o PNATE ficou sem o adequado acompanhamento do Conselho entre Maio/2011 e Dezembro/2011.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda/SE apresentou a seguinte manifestação:

"Essa irregularidade deve ser respondida pela Presidenta do Conselho, visto que a esta compete a convocação de reuniões, não havendo qualquer ingerência do Município nesse particular."

Análise do Controle Interno:

Considerando-se que a manifestação do gestor não foi no sentido de elidir a falha apontada, mantém-se a constatação na íntegra.

2.1.1.3. Constatação:

Utilização de veículos inadequados para o transporte de alunos.

Fato:

Constatou-se que o gestor municipal, ao realizar as contratações de veículos para a realização do transporte escolar, não exigiu dos contratados a adequação dos veículos às normas vigentes do CONTRAN para este tipo de transporte.

Na inspeção de amostra dos veículos atualmente contratados pela Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda e pagos com recursos do PNATE, verificou-se diversos casos de inobservância ao que estabelecem os artigos 136 a 138 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9503/97), conforme detalhado nas tabelas a seguir:

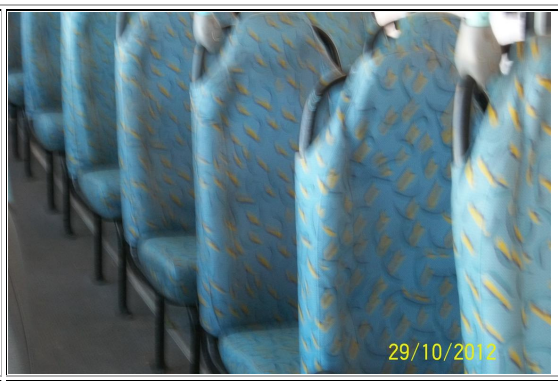
1 – Ausência de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico "ESCOLAR" (inciso I do art. 136):

Fundo do ônibus de placa KKJ-1223, que faz o percurso nº 21 do Contrato 50/2011, evidenciando a ausência da faixa.	Lateral do ônibus de placa JOZ-5916, que faz o percurso nº 06 do Contrato 50/2011, evidenciando a ausência da faixa.
Ônibus de placa KKJ-5313, que faz o percurso nº 19 do Contrato 50/2011, sem a faixa lateral.	Ônibus de placa KKJ-5303, que faz o percurso nº 25 do Contrato 50/2011, sem a faixa lateral.

Fundo da Kombi de placa CYK-7284, que faz o percurso nº 55 do Contrato 50/2011, e que também está sem a faixa lateral.	Veículo Fiat Doblô, de placa HZW-1544, que faz o percurso nº 59 do Contrato 50/2011, sem a faixa lateral.

2 – Ausência de cintos de segurança em número igual à lotação do veículo (inciso VI do art. 136):

Foto do interior do ônibus de placa JOZ-5916, que faz o percurso nº 06 do Contrato 50/2011, em que fica evidenciada a ausência de cintos de segurança nos bancos.	Foto do interior do ônibus de placa KKJ-5313, que faz o percurso nº 19 do Contrato 50/2011, em que fica evidenciada a ausência de cintos de segurança nos bancos.

	
Foto do interior do ônibus de placa KKJ-1223, que faz o percurso nº 21 do Contrato 50/2011, em que fica evidenciada a ausência de cintos de segurança nos bancos.	Foto do interior do ônibus de placa KKJ-5303, que faz o percurso nº 25 do Contrato 50/2011, em que fica evidenciada a ausência de cintos de segurança nos bancos.

3 – Condutor de veículo sem habilitação na categoria “D” (inciso II do art. 138):

Verificou-se que a condutora (e proprietária) do veículo Fiat Doblô, de placa HZW-1544, que faz o

percurso nº 59 do Contrato 50/2011, possui Carteira Nacional de Habilitação na categoria "B", não satisfazendo, portanto, os requisitos estabelecidos pelo art. 138 da Lei n.º 9.503/97.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda/SE apresentou a seguinte manifestação:

"Solicitou adoção de providências por parte da Empresa Contratada a fim de regularizar a pendência."

Análise do Controle Interno:

Em sua manifestação, o gestor reconhece a falha apontada, de sorte que se mantém a constatação na íntegra.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.2. 4046 - Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental **Objetivo da Ação:** A escolha de livros feita de forma democrática pelos professores e profissionais de educação; devolução dos livros reutilizáveis ao final do ano letivo; efetividade do sistema de controle mantido pelo FNDE no remanejamento e distribuição dos livros; entrega dos livros aos alunos antes do início do ano letivo; utilização dos livros pelos alunos e professores.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215681	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Execução do Programa Escolha dos livros realizada pelos professores; Livros entregues conforme escolha; Ausência de interferência de editoras na escolha dos livros; Desenvolvimento de ações de incentivo à conservação e devolução do livro didático; atualização do sistema de controle mantido pelo FNDE; remanejamento de livros didáticos; livros entregues antes do início do ano letivo; Utilização dos livros didáticos pelo professores e alunos.	

2.1.2.1. Constatação:

Recebimento dos livros didáticos do PNLD, por escolas rurais, após o início do período letivo.

Fato:

Durante visitas realizadas às 08 (oito) escolas em atividade componentes da amostra do PNLD, da rede municipal do ensino fundamental de Itaporanga/SE, constatou-se por meio de informações dos diretores, como também por meio dos controles de distribuição dos livros aos alunos, que nas escolas municipais Antônio José dos Santos, Vice-Governadora Marília Mandarino e Venâncio Martins Fontes, os livros do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, para o exercício 2012, foram recebidos após o início das atividades escolares do ano letivo.

Em relação aos outros 05 (cinco) estabelecimentos escolares visitados, os diretores entrevistados informaram que receberam a totalidade dos livros didáticos do PNLD destinados a suas escolas, antes do início do ano letivo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga apresentou a seguinte manifestação:

"Os livros são enviados pelo Ministério da Educação, sendo que a maioria chega antes do início do período letivo. Contudo, alguns itens são entregues com atraso pelo referido Ministério, não havendo qualquer ingerência por parte da Secretaria Municipal de Educação, embora o processo de escolha tenha sido efetivado pela Municipalidade no prazo legal.

Desse modo, o atraso no recebimento dos livros não pode ser atribuído à Administração, posto que a remessa dos mesmos é de competência do FNDE e correios."

Análise do Controle Interno:

O gestor em sua justificativa atribui a responsabilidade pela entrega em atraso dos livros didáticos do PNLD aos Correios e FNDE, alegando que a a maioria chega ao Município antes do período letivo e os outros chegam com atraso, no entanto não enviou comprovação de que esses livros chegaram após o inicio do período. Verificando-se no módulo "Encomenda" do sistema SIMAD, os registros que constam sobre as datas de entregas, são de 29/12/2011 e 18/01/2012, portanto, fica evidente que o FNDE, entregou os livros muito antes do início do período letivo. Diante disso , não procede a justificativa apresentada, ficando mantida a constatação.

2.1.2.2. Constatação:

Existência de sobra de livros válidos na escola.

Fato:

Nas inspeções "in loco" realizadas pela equipe de fiscalização nas 08 (oito) escolas municipais da amostra para verificação do andamento do Programa Nacional do Livro Didático em Itaporanga/SE, constatou-se a existência de sobras de livros didáticos válidos, estocados em três dessas escolas, relativos as diversas séries/ano das modalidades do ensino fundamental. Em vista de que não havia por parte dos diretores dessas escolas, controles contendo informações discriminadas por matéria de ensino e série/ano, relativo ao quantitativo das sobras de livros didáticos do PNLD 2012, foi então a eles solicitado o levantamento nos estoques existentes com base nos "Termos de Recebimento", emitidos pela Secretaria Municipal de Educação para entrega dos livros as escolas e nos "Termos de Responsabilidade de Utilização de Bem Público", emitidos pelos diretores para distribuição dos livros aos aluno. Após concluído o levantamento a informação resultante foi a seguinte:

1) Escola Municipal Adolfo Rollemberg

TITULO DO LIVRO	SERIE / ANO	QTDE DE EXEMPLARES
Língua Portuguesa - Letramento e Alfabetização Linguística	1° ano	6
Matemática – Alfabetização Matemática	1º ano	6

Língua Portuguesa - Letramento e Alfabetização Linguística	2º ano	3
Matemática – Alfabetização Matemática	2º ano	4
T O T A L		**19**

2) Escola Municipal Antônio José dos Santos

TITULO DO LIVRO	**SERIE / ANO**	**QTDE DE EXEMPLARES**
Língua Portuguesa - Letramento e Alfabetização Linguística	1° ano	3
Matemática – Alfabetização Matemática	1º ano	3
Língua Portuguesa - Letramento e Alfabetização Linguística	2º ano	3
Matemática – Alfabetização Matemática	2º ano	3
T O T A L		**12**

3) Escola Municipal Antônio Conde Sobral

TITULO DO LIVRO	**SERIE / ANO**	**QTDE DE EXEMPLARES**
Matemática – Alfabetização Matemática	1º ano	11
Língua Portuguesa - Letramento e Alfabetização Linguística	2º ano	89
Matemática – Alfabetização Matemática	2º ano	73
A Escola é Nossa - Ciências	2º ano	56

A Escola é Nossa - Geografia	2º ano	60
A Escola é Nossa - História	2°ano	55
A Escola é Nossa – Língua Portuguesa	3º ano	42
A Escola é Nossa – Matemática	3º ano	41
A Escola é Nossa - Ciências	3º ano	41
A Escola é Nossa - Geografia	3º ano	40
A Escola é Nossa - História	3º ano	46
A Escola é Nossa – Língua Portuguesa	4º ano	19
A Escola é Nossa – Matemática	4º ano	16
A Escola é Nossa - Ciências	4º ano	21
A Escola é Nossa - Geografia	4º ano	18
A Escola é Nossa - História	4º ano	18
A Escola é Nossa – Língua Portuguesa	5º ano	16
A Escola é Nossa – Matemática	5º ano	16
A Escola é Nossa - Ciências	5º ano	13
A Escola é Nossa - Geografia	5º ano	11
A Escola é Nossa - História	5º ano	13

T O T A L	**715**

Observa-se pelo quantitativo de sobras de livros listados na tabela acima, que a informação repassada pelo diretor da E M Antonio Conde Sobral, se refere aos livros entregues e não distribuídos aos alunos relativos aos PNLD de 2010, 2011 e 2012, tendo em vista que o total de livros do PNLD 2012 entregues à escola foi de 166 livros, conforme consulta ao sistema SIMAD do FNDE, guias "Pedido" e "Distribuição".

Além disso não foi encontrada nenhuma evidência de que os diretores das escolas atenderam ao contido no artigo 10, da Resolução 030/2004 do FNDE, que assim descreve: "Os livros não utilizados nas escolas, na forma determinada pelo Programa, deverão, obrigatoriamente, ser utilizados para remanejamento ou disponibilizados pelos Diretores dessas escolas às Secretarias e/ou Órgãos Municipais de Educação para atender às unidades escolares que tenham registrado algum tipo de insuficiência."

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga apresentou a seguinte manifestação:

"A constatação não era de conhecimento da Secretaria de Educação, visto que compete aos diretores das Unidades de Ensino encaminhar as sobras de livros para que possa ser implementado o remanejamento.

Diante disto, impossível sua responsabilização, posto ser humanamente impossível fazer-se presente em todas as unidades escolares. Além disso, a função de diretor escolar atribui a este profissional a fiscalização sobre as atividades escolares desenvolvidas na escola, inclusive no que pertine à distribuição dos livros didáticos do PNLD."

Análise do Controle Interno:

Pela justificativa apresentada pelo gestor fica comprovada a falta de gerenciamento do gestor da educação sobre os livros didáticos estocados nas escolas, aliado a falta de utilização do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica – SISCORT pela Equipe Técnica do PNLD do municipio, instrumento imprescindível para a boa operacionalização do Programa, com isso impede os remanejamentos de livros realizados entre as escolas ocasionando a sobra de livros em algumas escolas e a falta de livros em outras ficando alunos sem receberem os livros necessários ao aprendizado. Portanto, mantem-se a constatação.

2.1.2.3. Constatação:

Falta de livros válidos na escola prejudicando os alunos.

Fato:

No levantamento realizado pela direção da Escola Municipal Venâncio Martins Fontes, uma das 08 (oito) unidades escolares da Educação Básica do Município de Itaporanga/SE da amostra, constatou-se que faltaram livros didáticos do PNLD 2012 para alunos dos 2º, 3º e 4º anos, os quais não tiveram todos os livros das matérias entregues. Pela informação repassada faltaram os seguintes títulos conforme discriminados abaixo:

TÍTULOS DOS LIVROS	SÉRIES	QUANTIDADE QUE FALTOU

A Escola é Nossa - Ciências	2º ano	2
A Escola é Nossa - Geografia	2º ano	2
A Escola é Nossa - História	2º ano	2
A Escola é Nossa – Matemática	3º ano	4
A Escola é Nossa - Ciências	3º ano	4
A Escola é Nossa - Geografia	3º ano	3
A Escola é Nossa - História	3º ano	2
A Escola é Nossa – Língua Portuguesa	4º ano	7
A Escola é Nossa – Matemática	4º ano	9
A Escola é Nossa - Ciências	4º ano	4
A Escola é Nossa - Geografia	4º ano	1
A Escola é Nossa - História	4º ano	1

Com isso, fica evidenciado a falta decontrole efetivo sobre os livros didáticos estocados nas escolas, aliado a não utilização do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica – SISCORT, instrumento necessário para a boa operacionalização do Programa, visto que serve de fonte de informações quanto à falta ou sobra de livros nas escolas visando a possíveis remanejamentos, a fim de que todos os alunos recebam os livros necessários ao aprendizado.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Itaporanga apresentou a seguinte manifestação:

"Desconhece essa informação, tendo em vista que os livros solicitados pela Diretora foram entregues, conforme comprovam os documentos em anexo.

Acaso tivesse havido necessidade de envio de mais livros deveria o referido diretor ter solicitado da Secretaria o que não foi feito."

Análise do Controle Interno:

Pela justificativa apresentada pelo gestor fica mais uma vez comprovada a falta de gerenciamento do gestor da educação sobre os livros didáticos estocados nas escolas, aliado a falta de utilização do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica – SISCORT, instrumento necessário para a boa operacionalização do Programa, impede os remanejamentos de livros realizados entre as escolas o qual permite que todos os alunos recebam os livros necessários ao aprendizado. Portanto, mantem-se a constatação.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.3. 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica **Objetivo da Ação:** Cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215779	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 737.820,00
Objeto da Fiscalização: Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.	

2.1.3.1. Constatação:

Fornecimento de alimentos em desacordo com o cardápio estipulado.

Fato:

Os contratos de fornecimento de gêneros alimentícios para o Programa Nacional Alimentação Escolar preveem que os fornecedores entregarão os produtos com periodicidade quinzenal. Similarmente, o almoxarifado central do PNAE envia os gêneros alimentícios às escolas quinzenalmente, o que inviabiliza o cumprimento integral do cardápio regular (utilizado para o ensino fundamental, educação infantil e EJA – Educação de Jovens e Adultos) e do cardápio utilizado para a creche.

Tal impossibilidade resulta do fato de constarem, nos cardápios, refeições com frutas que estragam em período inferior a uma quinzena. As tabelas abaixo demonstram os itens em destaque de cada um dos cardápios que não podem ser cumpridos a contento:

Dia	Cardápio
Cardápio para 1ª e 3ª Semanas	

Segunda-Feira	Bolo Bacia + Suco
Terça-Feira	Sopa de Feijão com Charque
Quarta-Feira	**Arroz com Picadinho de Carne + Fruta**
Quinta-Feira	Risoto de Frango + Suco
Sexta-Feira	Macarrão à Bolonhesa com Suco
Cardápio para 1ª e 3ª Semanas	
Segunda-Feira	Sopa de Legumes
Terça-Feira	**Biscoito doce + Achocolatado ou vitamina**
Quarta-Feira	**Macarrão com frango + Fruta**
Quinta-Feira	Batata doce com carne + Suco
Sexta-Feira	Feijão, arroz, salada cozida, carne + suco

Ressalta-se que as merendeiras das escolas visitadas confirmaram, nas entrevistas, que elas têm que preparar refeições com a presença de frutas tão logo estas sejam entregues, sob o risco de estragarem.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pela Nutricionista do município:

"Em virtude da modalidade de licitação ser pregão eletrônico 100% dos fornecedores de Merenda Escolar não pertence ao município de Itaporanga D'Ajuda, portanto inviabiliza a entrega dos gêneros perecíveis com periodicidade semanal. Ressalto que para diminuir as perdas destes itens as escolas desta rede municipal são providas de equipamentos de refrigeração para conservação dos mesmos, já que fornecemos 2 opções de frutas, a banana que tem um potencial de deterioração mas rápido a qual as merendeiras são aconselhadas a utilizarem logo na 1ª semana (sendo que no ato da entrega solicitamos ao fornecedor que esta seja entregue ainda verde) e a tangerina que é uma fruta que consegue se manter dentro dos padrões organolépticos por um período maior."

Análise do Controle Interno:

Diferentemente do que foi apontado na justificativa, o que inviabiliza a entrega dos gêneros perecíveis com periodicidade semanal é a previsão editalícia de entrega quinzenal, não o fato de os fornecedores serem de outro município.

A segunda parte da justificativa apenas corrobora o que foi apontado pela equipe de fiscalização: por conta da rapidez de deterioração das frutas (em especial a banana) e da entrega quinzenal, torna-se inviável cumprir a rigor o cardápio, informação confirmada pelas próprias merendeiras das escolas visitadas.

Por este motivo, mantém-se na íntegra a constatação.

2.1.3.2. Constatação:

Ausência de controle de estoque no almoxarifado central do PNAE.

Fato:

Em visita ao almoxarifado central do PNAE, constatou-se que não há fichas de controle de estoque para nenhum dos itens do cardápio escolar. O procedimento de entrada e saída dos gêneros alimentícios ocorre da seguinte forma:

- A nutricionista e o responsável pelo Almoxarifado enviam o pedido do produto ao fornecedor;

- O fornecedor entrega os produtos e o responsável pelo Almoxarifado confere-os e atesta a Nota Fiscal;

- Os produtos são enviados às escolas acompanhados de uma guia de entrega com a listagem das quantidades.

Para saber a quantidade de qualquer um dos itens constantes no almoxarifado é necessária contagem física, já que não há controles que permitam essa consulta a qualquer tempo.

Mais do que isso, não é possível confrontar a quantidade física com a movimentação dos produtos, a não ser que para cada item sejam consolidadas as informações constantes nas notas fiscais de entrega e as guias de entrega das mais de cinquenta escolas que recebem gêneros alimentícios referentes ao PNAE.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pela Nutricionista do município:

"Como nossa entrega é realizada quinzenalmente para todos os itens da Merenda Escolar não dispomos de estoque de produtos alimentícios, temos um almoxarifado central o qual recebemos as mercadorias dos fornecedores e automaticamente realizamos a distribuição para as escolas."

Além desta justificativa, o município apresentou cópias de Notas Fiscais de entrega de alimentos, Guias de Remessa de alimentos às escolas e um CD com relatórios de entrada de mercadorias no almoxarifado central.

Análise do Controle Interno:

Na justificativa apresentada a Nutricionista informa erroneamente que o município não dispõe de estoque de produtos alimentícios, mas um almoxarifado central. Este almoxarifado é justamente o local onde são estocados fisicamente os gêneros alimentícios relativos ao PNAE.

Independentemente de os gêneros alimentícios permanecerem por pouco tempo no almoxarifado central (tão logo sejam entregues pelos fornecedores são enviados às escolas), o controle de estoque se faz necessário para que, conforme apontado anteriormente, seja possível apurar a qualquer momento quantidade de qualquer um dos itens constantes no almoxarifado, bem como confrontar a quantidade física com a movimentação dos produtos.

A documentação apresentada na justificativa (cópias de Notas Fiscais de entrega de alimentos, Guias de Remessa de alimentos às escolas e um CD com relatórios de entrada de mercadorias no

almoxarifado central) não evidencia a existência de controle de estoque).

Desta maneira, mantém-se a constatação na íntegra.

2.1.3.3. Constatação:

Número de nutricionistas contratados abaixo dos parâmetros legais previstos pelo CFN.

Fato:

O município informou possuir em seu quadro funcional uma nutricionista responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

De acordo com o Censo Escolar de 2011, 6.298 alunos foram matriculados na Rede Municipal de Ensino, conforme tabela a seguir:

Modalidade	**Nº de Alunos**
Educação Infantil	1.078
Ensino Fundamental	4.845
EJA Presencial	375
TOTAL	**6.298**

Segundo o § 3º do art. 14, da Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, a entidade executora deverá dar condições suficientes e adequadas de trabalho para o nutricionista, obedecendo ao desenvolvimento das atribuições previstas na Resolução CFN nº 358/2005 e suas substituições, cumprindo, inclusive, os parâmetros numéricos recomendados de nutricionistas por alunos. O artigo 10 da Resolução CFN n.º 465/2010, de 23/08/2010 (que substituiu a Resolução CFN n.º 358/2005), trata dos parâmetros numéricos mínimos de referência, por entidade executora, para a educação básica, e dispõe que quando o nº de alunos for superior a 5.000, como é o caso, o nº de nutricionistas com carga horária técnica mínima semanal de 30 horas deve ser de: 01 RT (Responsável Técnico) + 03 QT (Quadro Técnico) e + 01 QT a cada fração de 2.500 alunos. Ademais, o seu parágrafo único dispõe que, sem prejuízo do caput, a entidade deverá ter 01 nutricionista para cada 500 alunos ou fração na modalidade de educação infantil (creche e pré-escola).

Desta forma, de acordo com o art. 10 da Resolução CFN n.º 465/2010, o município de Itaporanga D'Ajuda deveria ter, no mínimo, 06 nutricionistas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Categoria	**Nº de Alunos**	**Critério**	**Nº de Nutricionistas**
Educação Infantil	1.078	01 para cada 500 alunos ou fração.	3

Ensino Fundamental + EJA Presencial	5.220	01 RT + 03 QT + 01 a cada fração de 2.500 alunos acima de 5.000.	4
TOTAL	**6.298**		**7**

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"O Município dispõe de 01 (um) profissional nutricionista, detentor de responsabilidade técnica. A ausência de outros profissionais decorre da ausência de recursos financeiros para acorrer a despesa dessa monta.

No entanto, desde a elaboração do cardápio até a oferta da merenda aos alunos, há acompanhamento profissional, atendendo-se, plenamente, à finalidade preconizada pelo FNDE."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada apenas corrobora a falha apontada. Por esta razão, mantém-se a constatação.

2.1.3.4. Constatação:

Interrupção no fornecimento da alimentação escolar no exercício de 2011.

Fato:

O Conselho de Alimentação Escolar reuniu-se 05 vezes em 2011. Em 03 dessas reuniões os conselheiros apontaram problemas de falta de alimentação escolar ou quantidade distribuída insuficiente, conforme detalhado na tabela a seguir:

Data da Reunião	**Observações**
15/06/2011	- Falta de merenda nas escolas; - Gêneros alimentícios entregues em quantidade insuficiente.
22/11/2011	- Falta de merenda nas escolas.
21/12/2011	- Falta de alimentação nas escolas.

Na ata da reunião do dia 21/12/2011 consta uma justificativa fornecida pelos representantes governamentais, informando que faltou alimentação escolar porque os fornecedores não cumpriram o contrato, mas que a prefeitura estaria tomando as atitudes cabíveis para resolver o problema.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"Embora tenha o Conselho constatado a irregularidade no fornecimento da merenda, os documentos ora anexados demonstram o regular fornecimento dos itens destinados à sua preparação.

Acredita-se, ao que parece, que os responsáveis pela preparação não tenham cumprido as obrigações que lhe competiam, conduta esta que foge ao alcance desse gestor.

No mais, constatou-se que a partir do mês de agosto houve inexecução contratual por parte da Empresa vencedora do Pregão nº 011/2011, fato este que gerou a necessidade de rescisão contratual e chamamento dos licitantes remanescentes.

Além disso, em virtude da não aceitação por parte das demais empresas em relação à maioria dos itens, houve necessidade de deflagração de novo processo licitatório, trâmite processual obrigatório e que pode ter gerado parte da problemática relatada pelo Conselho. Informa, no entanto, que a falta foi pontual, tendo sido adotadas, oportunamente, as medidas necessárias à sua regularização.

Não pode a Municipalidade ser culpada por ter cumprido procedimentos administrativos necessários ao restabelecimento do fornecimento, seguindo-se rigorosamente os prazos previstos na Lei nº 8666/93."

Justificativa apresentada pela Nutricionista do município:

"No ano de 2011 através do pregão eletrônico tivemos 4 fornecedores ganhadores para fornecimento da Merenda Escolar sendo que destes, 1 fornecedor do total de 28 itens ganhou 17, ou seja, 60,71% sendo que o mesmo venho a atrasar inúmeras vezes a entrega das mercadorias e este mesmo fornecedor venho solicitar cancelamento do contrato no 2º semestre, portanto teve que ser realizada um nova licitação de tais itens.

Enfatizo que o setor de Alimentação Escolar através da Secretaria de Educação sempre teve o compromisso de não deixar faltar merenda escolar durante este período aumentando inclusive o quantitativo dos outros itens para tentar suprir esta ausência pelo fornecedor."

Análise do Controle Interno:

O município informou apresentar documentação que evidenciaria a regularidade no fornecimento da alimentação escolar. Os seguintes documentos, entretanto, fornecidos pelo próprio município, comprovam que houve interrupção no fornecimento:

- Ofício nº 285/011, de 25/08/2011, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação ao Departamento de Administração, comunicando que dois fornecedores não estariam fornecedo a merenda em tempo hábil, "prejudicando assim a alimentação da classe estudantil de nosso município". O ofício informa ainda que "não foram distribuídos (alimentos) esse mês por falta de fornecimento".

- Notificação de 29/08/2011 à empresa MAM Distribuidora de Alimentos LTDA - ME;

- Termo de Rescisão Contratual com a mesma empresa, de 28/09/2011.

O gestor apresenta ainda a seguinte justificativa: "acredita-se, ao que parece, que os responsáveis pela preparação não tenham cumprido as obrigações que lhe competiam, conduta esta que foge ao alcance desse gestor". Independentemente de a conduta fugir ou não ao seu alcance, a responsabilidade continua a ser do gestor do PNAE.

Por fim, o gestor justifica o período sem fornecimento de gêneros alimentícios por conta da inexecução contratual de duas empresas, o que levou à rescisão contratual e à contratação de novos licitantes, o que demanda tempo. De fato, entre a notificação à empresa (29/08/2011) e a contratação da empresa substituta (03/10/2011) decorreram 35 dias. Considerando no próprio Ofício

nº 285/011 consta a informação de que no mês de agosto não houve fornecimento dos gêneros alimentícios, chega-se ao período de dois meses em que os alunos foram prejudicados.

Assim, apesar dos motivos apresentados pelo gestor, permanece o fato de que houve interrupção do fornecimento da alimentação escolar, de maneira que mantém-se a constatação na íntegra.

2.1.3.5. Constatação:

Entidade executora impõe restrições à atuação do Conselho de Alimentação Escolar

Fato:

O Conselho de Alimentação Escolar reuniu-se 03 vezes entre 01/01/2012 e 16/10/2012. Em todas essas reuniões houve registro em ata de restrições no acesso à documentação de comprovação de gastos do PNAE. Além disso, em reunião de 26/06/2012 há o registro do cancelamento de uma visita de fiscalização às escolas por falta de transporte para os conselheiros, conforme detalhado na tabela a seguir:

Data da Reunião	Observações
03/05/2012	- Registro de não disponibilização, por parte da prefeitura, da documentação relativa ao PNAE e do Demonstrativo Gerencial para análise do conselho.
26/06/2012	- Relato da impossibilidade de visita às escolas no dia 24/05/2012 devido ao município não ter disponibilizado transporte para os conselheiros; - Reiteração quanto à não disponibilização, por parte da prefeitura, da documentação relativa ao PNAE e do Demonstrativo Gerencial para análise do conselho.
16/10/2012	- Reiteração quanto à não disponibilização, por parte da prefeitura, da documentação relativa ao PNAE e do Demonstrativo Gerencial para análise do conselho.

Ressalta-se que a Resolução nº 38/2009 determina, em seu art. 28, inciso I, que o município deve "garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência", incluindo "transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE".

O inciso II do mesmo artigo determina que os municípios devem "fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência".

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"Os documentos atinentes às despesas são entregues com regularidade ao Conselho, conforme documentos em anexo, não sabendo o porquê de os Conselheiros terem afirmando não ter tido acesso aos mesmos, não havendo razão para persistir essa irregularidade.

Além disso, a declaração em anexo subscrita pela Secretária de Educação elide totalmente essa constatação."

Análise do Controle Interno:

O município apresentou documento datado de 19/07/2012 que comprova a entrega dos processos de despesas da Merenda Escolar referentes aos meses de Julho a Dezembro/2011 ao Presidente do CAE. Tal documento não elide a falha apontada no tocante à restrição ao acesso à documentação, visto que não a documentação fornecida é relativa apenas ao exercício de 2011, não havendo registro do fornecimento de documentação relativa ao exercício de 2012.

Quanto à declaração acerca da indisponibilidade dos veículos para o CAE, ressalta-se que independentemente da razão apresentada, o fato é que na única visita agendada no ano pelo CAE, não houve veículo disponível para se fazer a visita, comprometendo a atuação do conselho.

Pelos motivos apresentados, mantém-se na íntegra a constatação.

2.1.3.6. Constatação:

Elaboração de refeições dos cardápios de alimentação escolar em desacordo com a Resolução FNDE/CD n.º 38/2009.

Fato:

Analisando-se os cardápios elaborados para o exercício de 2011, constatou-se que as refeições dos cardápios não atendem aos requisitos estipulados na Resolução FNDE/CD n.º 38/2009.

a) Inicialmente, os cardápios não estão diferenciados para cada faixa etária dos estudantes, nem de acordo com as necessidades nutricionais específicas (ex.: diabetes, hipertensão, intolerância à lactose, doença celíaca, obesidade e etc.), conforme artigo 15, § 3º, c/c Anexo III da Resolução FNDE/CD n.º 38/2009. Há um cardápio para a creche e um cardápio único para a pré-escola, o ensino fundamental e o EJA.

b) Verificou-se que algumas das refeições ofertadas no cardápio não atendem aos valores nutricionais de referência de energia estabelecidos no artigo 15, § 2º c/c Anexo III da Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, para os alunos de diversas faixas etárias matriculados no ensino fundamental, em período parcial, conforme detalhado nas tabelas a seguir:

Cardápio de 2011 (11 itens)

Faixa etária	**Valor de Referência (kcal)**	**Nº de refeições com valor inferior**
Ensino Fundamental - 11-15 anos	435	8
Ensino Fundamental – 06-10 anos	300	5
Pré-escola	270	5

Cardápio de 2012 (10 itens)

Faixa etária	Valor de Referência (kcal)	Nº de refeições com valor inferior
Ensino Fundamental - 11-15 anos	435	9
Ensino Fundamental – 06-10 anos	300	4
Pré-escola	270	1

A seguir, os valores nutricionais das refeições adotadas nos cardápios de 2011 e 2012:

Cardápio de 2011	kcal
Biscoito Maisena + Suco	235,5
Sopa de Feijão com Couve + Charque	433,6
Macarronada à Bolonhesa + Suco	500
Biscoito Rosquinha com Achocolatado	453,2
Arroz com Picadinho de Carne + Fruta	336,8
Inhame com Ovos	233,8
Sopa de Legumes	200,2
Macarrão com Frango + Fruta	188,1
Batata doce com carne + Suco	339,1
Macaxeira com carne + Suco	168,3
Feijão, arroz, salada cozida + Carne + Suco	499

Cardápio de 2012	kcal

Bolo Bacia + Suco	288,1
Sopa de Feijão + Charque	376,4
Macarronada à Bolonhesa + Suco	341,7
Biscoito Doce com Achocolatado	327,9
Arroz com Picadinho de Carne + Fruta	330,4
Risoto de Frango + Suco	278,1
Sopa de Legumes	146,6
Macarrão com Frango + Fruta	345,4
Batata doce com carne + Suco	293,5
Feijão, arroz + Carne + Suco	440,4

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pela Nutricionista do município:

"Tanto o cardápio de 2011 quanto o de 2012 foi elaborado buscando variedade, equilíbrio e adequação dando ênfase a agricultura familiar com seu requisito mínimo de atendimento de 30%, ressalto que quanto ao valor de referência em kcal apesar de ser elaborado um único cardápio para os dois programas (pré-escolar e fundamental) o porcionamento é realizado de forma diferenciada."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada pela Nutricionista do município não elide as falhas apontadas, visto que não muda o fato de os cardápios não estarem diferenciados para cada faixa etária dos estudantes, nem de acordo com as necessidades nutricionais específicas (ex.: diabetes, hipertensão, intolerância à lactose, doença celíaca, obesidade e etc.), conforme artigo 15, § 3º, c/c Anexo III da Resolução FNDE/CD n.º 38/2009. Ademais, a justificativa de que o porcionamento é realizado de forma diferenciada é insuficiente, já que tal método deixa margem para que a adequação nutricional varie de acordo com cada merendeira e com cada escola, restando inviável garantir que cada aluno em cada faixa etária receba a quantidade nutricional correta.

Desta forma, mantém-se a constatação na íntegra.

2.1.3.7. Constatação:

Instalações de escolas inadequadas para garantir o bom acondicionamento dos gêneros alimentícios.

Fato:

Em visita às escolas municipais Adolfo Rollemberg, Antônio Conde Sobral, Antônio José dos Santos, José Aelson Correia Sobral, Tenente José Carivaldo da Costa, Vice-Governadora Marília Mandarino, Creche Laurinda Conde Sobral e Jardim de Infância Dr. Pedro Rubens da Costa componentes da amostra do PNAE, com vistas a verificação das condições de armazenamento dos gêneros alimentícios utilizados no preparo da merenda escolar, foi constatada a falta de armários fechados para a guarda dos alimentos e utensílios destinados ao preparo da merenda escolar. Os alimentos são estocados em prateleiras de alvenaria revestidas em cerâmica ou em estantes de aço e junto às paredes das despensas. Além disso foi observado, conforme registros fotográficos, nas despensas dessas escolas a existência de combogós sem as devidas telas de proteção, que juntamente com a falta de forros sob os telhados dessas despensas, permitem a entrada de aves, insetos e roedores, não garantindo assim a isenção de infestação dos alimentos armazenados nessas condições. A responsabilidade pela ocorrência desses fatos deve-se ao Secretário Municipal de Educação e às diretoras das referidas escolas, em vista de não observarem as normas constantes da RDC/ANVISA n º 216/04, relativas ao armazenamento, conservação preparo de alimentos.

Alimentos da merenda escolar armazenados em estantes de aço encostadas nas paredes na E M Adolfo Rollemberg.	Combogós sem a proteção de telas na despensa da EM Antonio Conde Sobral.

Alimentos da merenda escolar nas prateleiras de alvenaria na despensa da E M Antônio Conde Sobral.	Caixa de água sem bóia dentro da despensa e sobre prateleira de alvenaria da E M Antonio José dos Santos, provocando transbordamento de água e infiltrações nas paredes da despensa.

Infiltrações nas paredes, prateleiras e piso da despensa da E M Antonio José dos Santos, provocada pela falta de bóia da caixa d'água ocasionando transbordamento quando cheia.	Estante de aço com estoque de alimentos da merenda escolar na despensa da Creche Laurinda Conde Sobral.

Combogós sem telas e alimentos da merenda escolar armazenados sob carteiras escolares e bancos na despensa improvisada do Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros.	Alimentos da merenda escolar armazenados sobre carteiras escolares e mesa na despensa improvisada do Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros.

Alimentos das merendas escolares do Peti e do PNAE armazenados em estantes de aço na E M José Aelson Correia Sobral.	Combogós sem a proteção de telas e estante com utensílios da cozinha na despensa da E M José Aelson Correia Sobral.

Alimentos da merenda escolar nas prateleiras de madeira e paredes divisórias da cozinha com infiltrações e mofo, na despensa da E M Vice Governadora Marília Mandarino.	Combogós sem a proteção de telas e prateleiras com utensílios da cozinha na despensa da E M Vice Governadora Marília Mandarino.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"O Município realiza trabalho de reforma em prédios públicos, inclusive Unidades Escolares, visando a adequação dos mesmas às finalidades a que se destinam. Para consecução desse mister, depende de informações a serem repassadas pela diretoria das escolas, relatando a existência de problemas físico-estruturais.

As constatações apontadas não eram de conhecimento da administração. Assim, visando resolver a problemática determinou a realização de levantamento em todas as Unidades Escolares a fim de detectar a existência da necessidade de reforma, o custo dela e, após, eleger o procedimento administrativo necessário à sua implementação.

Ressalte-se que os serviços de pequena monta estão sendo providenciados."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor confirma as falhas apontadas, de forma que se mantém a constatação na íntegra.

2.1.3.8. Constatação:

Condições precárias de infra-estrutura das cantinas/cozinhas e dos equipamentos utilizados no preparo da merenda escolar.

Fato:

Verificou-se durante as visitas realizadas nas escolas municipais Antonio Conde Sobral, Antonio José dos Santos e Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros localizadas no município de Itaporanga, que as instalações físicas das cozinhas, e os fogões utilizados no preparo da merenda escolar dessas escolas, encontram-se em precárias condições de uso, necessitando de reparos e por isso não oferecem as condições mínimas de higiene e segurança exigidas para o preparo das refeições. Os registros fotográficos realizados durante as visitas efetuadas nas citadas escolas municipais de Itaporanga, expõem a situação das instalações físicas das cozinhas e de seus equipamentos. A responsabilidade pela ocorrência desses fatos deve-se a Secretária Municipal de Educação e as Diretoras das referidas escolas, em vista de não observarem as normas constantes da RDC/ANVISA n º 216/04.

Parede sob a bancada da pia da cozinha faltando azulejos e escoamento com vazamento na E M Antônio Conde Sobral.	Parede lateral da bancada da pia da cozinha sem azulejos e sem a porta do armário na E M Antônio Conde Sobral.

Parede sobre a pia da cozinha sem o reboco e sem azulejos na linha do cano da torneira na E M Antônio José dos Santos.	Fogão industrial faltando um dos queimadores e com ferrugem nas grelhas, pertencente à cozinha da E M Antônio Conde Sobral.

Fogão industrial faltando um dos queimadores e com ferrugem na bancada e nas grelhas, pertencente à cozinha do Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros.	Canos de escoamento de água de duas das pias da cozinha em diametros diferentes e sem a vedação entre eles, no Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros.

Torneira com vazamento de água em uma das pias da cozinha, provocando a infiltração entre os azulejos e a pia e o aparecimento de limo, no Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros.	Outra pia da cozinha do Jardim de Infância Dr Pedro Rubens da Costa Barros que após o reparo de vazamento não foi completada com o reboço e os azulejos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"Conforme outrora suscitado, as adequações que exijam uma grande intervenção a título de obras, não poderão ser feitas nesse momento, posto acarretarem a necessidade de interdição das cantinas, daí porque opta-se pelo mensuração dos custos para execução após a conclusão do semestre letivo.

Quanto aos pequenos reparos, esses estão sendo alvo intervenção."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor confirma as falhas apontadas, de forma que se mantém a constatação na íntegra.

2.1.3.9. Constatação:

Inexistência de controles de estoque para o armazenamento dos alimentos da merenda escolar.

Fato:

Na verificação "in loco", realizada pela equipe de fiscalização nas dez escolas contempladas na amostra do PNAE, constatou-se a inexistência de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos da Prefeitura Municipal de Itaporanga, destinados a merenda escolar. Tal fato contraria os princípios de economicidade, eficiência e eficácia, haja vista que a existência de um efetivo controle da movimentação do estoque pode evitar a perda de produtos, devido a vencimento dos prazos de validade, além de prevenir a ocorrência de desvios dos gêneros alimentícios e auxiliar na verificação do cumprimento do cardápio. Os responsáveis pelos fatos apontados são a Secretária de Educação do município e os Diretores das escolas municipais, por não implementarem um controle efetivo dos alimentos estocados nas despensas das escolas.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo município:

"À equipe de fiscalização foi exposta a forma de entrega e distribuição dos gêneros necessários à

preparação da merenda escolar. Assim, o fornecimento opera-se quinzenalmente e, assim que são entregues pelos fornecedores, imediatamente inicia-se o processo de distribuição às Unidades Escolares.

O controle de estoque e armazenamento compete à diretoria escolar, cuja responsabilidade foi esclarecida através da ata da reunião em anexo."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada pelo gestor não elide a falha apontada, visto que o fato de os gêneros alimentícios serem recebidos e preparados in loco e a entrega destes mesmos gêneros ser quinzenal não elimina a necessidade de se manter o controle de estoque.

Desta maneira, mantém-se a constatação na íntegra.

2.1.3.10. Constatação:

Irregularidade no fornecimento de merenda escolar aos alunos das escolas municipais de Itaporanga.

Fato:

Durante as visitas realizadas nas escolas municipais para fiscalização da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e questionando-se as diretoras, professoras e merendeiras sobre a ocorrência de falta de fornecimento da merenda escolar aos alunos durante o corrente ano letivo e qual o motivo para não ter havido merenda, verificou-se em duas das escolas da amostra a falta de fornecimento de merenda tendo sido obtidas as seguintes informações:

1- Na Escola Municipal Antônio José dos Santos não houve fornecimento de merenda aos alunos por 10 (dez) dias não consecutivos neste ano, motivado pela falta no abastecimento de água da rede pública, impossibilitando o preparo das refeições.

2- Na Escola Municipal Vice-Governadora Marília Mandarino ocorreu a falta de fornecimento da merenda escolar em média de um a dois dias no mês, devido ao atraso nas entregas quinzenais de alimentos de parte do Almoxarifado faltando alguns produtos necessários ao preparo do cardápio.

A responsabilidade pelos fatos apontados é da Secretária Municipal de Educação, por não gerenciar a contento os problemas de logística na entrega de alimentos e de providenciar o suprimento de água nas ocasiões em que haja a falta da mesma.

Manifestação da Unidade Examinada:

Justificativa apresentada pelo gestor:

"Como bem declinou o relatório, a irregularidade foi por 10 dias NÃO CONSECUTIVOS e decorreu de fato alheio à vontade do Município, visto que a responsabilidade pelo fornecimento de água é da DESO.

Além disso, não há qualquer comprovação material acerca da irregularidade apontada e as faltas pontuais e isoladas não decorrem da vontade do administrador, visto que, conforme declinado no item 2.1.1.6, às vezes depara-se com a inexecução contratual por parte de fornecedores."

Análise do Controle Interno:

Em sua justificativa, o gestor alega não haver comprovação material da irregularidade apontada. Apesar disso, reconhece, no parágrafo anterior, a ocorrência de interrupção no fornecimento da alimentação escolar.

Desta forma, mantém-se a constatação na íntegra.

3. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/09/2010 a 30/09/2012:

* Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros
* GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL
* PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
* PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

3.1. PROGRAMA: 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros

Ação Fiscalizada
Ação: 3.1.1. 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros **Objetivo da Ação:** Realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216405	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 2.353.161,00
Objeto da Fiscalização: Licitações realizadas sem restrição de competitividade às empresas interessadas; materiais e serviços adquiridos a preços de mercado; recursos utilizados exclusivamente na atenção básica em saúde.	

3.1.1.1. Constatação:

Gastos excessivos com manutenção de veículos.

Fato:

O Fundo Municipal de Saúde realizou gastos, no período examinado de janeiro a setembro de 2012, com manutenção dos veículos que estão a disposição da Atenção Básica, nos seguintes valores:

IAF 8317	NVM 0630	NVM 0160	IAD1043	IAD 1023
R$ 6.478,92	R$ 628,76	R$ 1.146,68	R$ 15.386,85	R$ 2.567,11

Considerando que os veículos IAF 8317 E IAD1043 apresentam um desgaste acelerado, conforme pode ser observado na tabela a seguir, e sua manutenção está consumindo valores significativos do Piso de Atenção Básica, se comparado com o valor atual de mercado de cada veículo, o gestor deve

considerar a possibilidadde de substituição desses veículos, tendo em vista o alto valor despendido em manutenção no curto período analisado (09 meses).

Veículo	Leitura Odomêtro 30/09/2012
IAF 8317 (ano 2007)	158096 km
IAD1043 (ano 2007)	275767 km

Merece destaque o fato do custo de manutenção do Fiat Uno IAD 1043, no período de nove meses, ter superado seu valor de mercado, que não atinge R$ 13.000,00, chegando próximo do valor de aquisição de um veículo novo do mesmo modelo (R$ 26.000,00).

A responsabilidade pela avaliação da economicidade e manutenção da frota cabe ao Secretário Municipal de Saúde, CPF nº ***.610.065-**.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

" A constatação não procede. Conforme documentos em anexo, verifica-se que o gasto com manutenção dos veículos foi feito ao longo de todo o exercício financeiro, não havendo que se falar em dispêndio deste numerário para realização de um único serviço.

Nessa toada, não pode a administração antever as despesas com manutenção, a fim de concluir pela sua excessividade e, via de conseqüência, optar pela declaração de ser o mesmo inservível.

Observe-se que diante de uma despesa não superior a R$ 2.000,00 (dois mil reais), a opção pelo reparo revela-se adequada, notadamente quando o custo com o veículo supera a cifra dos R$ 25.000,00 (vinte e cinco) mil reais.

Alie-se a isto os custos indiretos que devem ser somados para aquisição de um novo veículo: disponibilização de servidores para realização de orçamentos, confecção do processo licitatório, publicação de editais e contratos, dentre outros.

Assim, no caso em testilha, difícil exigir do gestor a opção pela compra de um veículo novo em virtude de uma despesa que significa 10% (dez por cento) dessa aquisição, razão esta determinadora da insubsistência dessa anotação."

Análise do Controle Interno:

O gestor não atacou o ponto principal que consiste em manter, na frota de veículos utilizados na Atenção Básica em Saúde do município, um veículo Fiat Uno, ano 2007, cujo odômetro no dia da inspeção registrava 275.767 km e que consumiu em manutenção o valor de R$ 15.386,85 em um curto período de nove meses.

Portanto, de acordo com a informação supra, mantém-se a constatação.

3.1.1.2. Constatação:

Compra de materiais odontológicos por dispensa de licitação com preços superiores aos praticados

no mercado local.

Fato:

Na análise dos preços de materiais odontológicos adquiridos pela Prefeitura de Itaporanga D'Ajuda/SE, no exercício de 2012, por meio do Pregão Presencial nº 31/2012 e da dispensa de licitação, verificou-se que os preços praticados pela empresa de CNPJ, 07.330.200/0001-51 vencedora da dispensa, foram superiores aos registrados no Pregão.

Apresenta-se, adiante, um quadro comparativo dos preços:

Item	Unidade	Qtde	Dispensa	Pregão	sobrepreço	Diferença
Agulha gengival 30 g curta 100 unds	Cx	50	R$ 10,97	R$ 8,00	R$ 148,50	37,13%
Amalgama caps 2 porções 50 unds	Fr	2	R$ 141,20	R$ 75,70	R$ 131,00	86,53%
Anest mepivacaina 50tub	Cx	10	R$ 56,57	R$ 24,10	R$ 324,70	134,73%
Anestesico lidocaína 2% c/vaso 50tub	Cx	15	R$ 39,30	R$ 18,00	R$ 319,50	118,33%
Cim ionometro de vidro po+liq 10g/8ml-vitro fil	Un	30	R$ 32,30	R$ 15,60	R$ 501,00	107,05%
Fixador radiográfico	Fr	15	R$ 8,00	R$ 5,50	R$ 37,50	45,45%
Flúor gel	Fr	50	R$ 5,96	R$ 4,01	R$ 97,50	48,63%
Hidróxido de cálcio	Cx	10	R$ 47,35	R$ 13,80	R$ 335,50	243,12%
Algodão rolete 100 unds	Pa	100	R$ 2,00	R$ 1,30	R$ 70,00	53,84%

Como pode ser verificado no quadro comparativo anterior, a Secretaria Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE comprou medicamentos com preços superiores aos adquiridos por ela mesma no mesmo exercício em até 243,12%, totalizando R$ 1.965,20 de superfaturamento.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as

seguintes justificativas:

"Primeiramente frisar-se destacar que a dispensa de licitação para aquisição de materiais odontológicos não ultrapassou o seu valor total ao estabelecido em Lei, valor este abaixo de R$ 8.000,00 (oito mil reais), além de que para este procedimento foi realizado uma pesquisa de preços entre três empresas, as quais forneceram orçamentos e se comprometeram que os valores neles contidos de fato é o menor valor ao qual poderá ser fornecido.

A análise de preços apurada, comparando os valores unitários firmados entre a dispensa de licitação e ao Pregão, teve-se um intervalo de tempo de 03 meses, a contar a partir da data de entrega dos produtos da dispensa e da data do contrato do Pregão, intervalo este largo onde os preços poderão ter oscilado sabendo que o orçamento tem validade de até 30 (trinta) dias.

Ainda com base no critério de avaliação nos preços das empresas, a Secretaria de Saúde não pôde duvidar do fiel comprometimento das empresas quando forneceram orçamentos, uma vez que a real intenção era atender as necessidades dos pacientes.

De fato os preços estão distintos, mas entendemos que não houve equivoco, pois tratam-se de critérios de avaliação de preços distintos que poderão ser detectados nos seguintes apontamentos:

- Para a deflagração do Pregão Presencial objetivando a aquisição de materiais odontológicos, o setor de compras da secretaria de saúde realizou pesquisa de preços com 04 (quatro) empresas e detectou sua média em 10 de maio de 2012.

- Analisando os quantitativos de ambas as situações, quantitativos estes que são base de oscilação de preços dos fornecedores, uma vez que quanto maior o quantitativo a ser fornecido, maior o desconto dado, detectamos em vários materiais que os quantitativos da dispensa está menor do que o quantitativo do Pregão.

- De nove materiais a pontados como sendo adquiridos com preços superiores ao do mercado, sete deles tem quantidades maiores no Pregão do que na Dispensa a exemplo de: anestésico mepivacaina quantidade da dispensa 10 caixas e quantidade do Pregão 50 caixas, anestésico lidocaína quantidade da dispensa 15 caixas e quantidade do pregão 200 caixas, ionômero de vidro quantidade da dispensa 10 e quantidade do pregão 100, fixador radiográfico quantidade da dispensa 15 quantidade do Pregão 50, hidróxido de cálcio quantidade da dispensa 10 quantidade do Pregão 30, algodão rolete quantidade da dispensa 100 quantidade do Pregão 200, amálgama caps 2 quantidade da dispensa 2 quantidade do Pregão 300.

- Daqueles materiais apontados na tabela comparativa no total de nove materiais, apenas três deles foram fornecidos pela mesma empresa que venceu a dispensa e que foi contratada através do Pregão, sendo assim, não podendo-se comparar valores ofertados por empresas distintas, quando uma delas é empresa de pequeno porte com matriz no estado de Sergipe e a outra uma grande empresa com matriz no estado de Goiás, possivelmente os materiais são fornecidos por distribuidores diferentes com valores distintos.

- O Pregão Presencial nº 031 teve a participação de seis empresas, conforme apurado em ata, onde tivemos mais de seis rodadas de lances verbais entre as empresas, fato este que favorece a diminuição dos preços dos materiais.

- O critério de julgamento utilizado no Pregão foi o menor preço por lote, assim quando a empresa é declarada vencedora do certame ela apresenta a proposta reformulada alterando o seu preço inicial conforme firmado em ata. A confecção da planilha final fica a critério da empresa oscilar os valores unitários, podendo diminuir alguns e manter outros, dependendo das quantidades, do estoque dos impostos das mercadorias e do menor preço do seu distribuidor."

Análise do Controle Interno:

O Pregão, de fato, é modalidade mais vantajosa para a Administração Pública do que a dispensa de licitação, por isso recomenda-se que a administração sempre realize suas compras de materiais por meio de Pregão, seja Eletrônico ou Presencial.

A dispensa de licitação examinada resultou em contratação desvantajosa para a Administração, conforme confirmação do próprio gestor em sua manifestação, que optou pela dispensa em virtude da morosidade em deflagrar o Pregão Presencial nº 031/2012.

A constatação deve ser mantida, a fim de alertar aos gestores do município acerca da vantagem de realizar aquisições por meio da modalidade Pregão.

3.2. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ação Fiscalizada
Ação: 3.2.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL **Objetivo da Ação:** Cabe ao Conselho Municipal de Saúde atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social. Para recebimento de recursos federais na área da saúde, os Municípios devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216148	**Período de Exame:** 30/09/2010 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).	

3.2.1.1. Constatação:

O Plano Municipal de Saúde não tem estrutura e conteúdo conforme legislação.

Fato:

O Plano Municipal de Saúde deve conter as intenções e os resultados a serem buscados no período

de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas, devendo ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde, bem como atualizado a cada ano, conforme estabelecido no parágrafo 1º do Art. 2º, da Portaria/GM/MS nº 3.332/2006.

O Plano Municipal de Saúde do município de Itaporanga D'Ajuda/SE 2010-2013, elaborado em maio de 2010, apenas contém as metas a serem alcançadas no período de 2010-2013 sem apresentar detalhamento anual dos indicadores e ações com seus respectivos Planos de Aplicações Financeiras para os quatro anos de vigência, impossibilitando o acompanhamento e avaliação acerca da execução anual das ações, tanto pelos gestores, membros do Conselho Municipal de Saúde como pelos demais usuários.

O Plano Municipal de Saúde 2010-2013 possui as seguintes deficiências em relação à Portaria MS nº 3.332/2006, alem das relacionadas acima:

- Não informa o percentual do orçamento municipal que deve ser aplicado em ações de saúde, bem como outras fontes de financiamento, sejam elas estaduais ou federais;

- Ausência de estimativas de custos;

- Estabelecimento de prazos para alcance das metas; e

- Ausência de análise do financiamento das ações de saúde no município.

Tais deficiências não permitem a utilização do Plano Municipal de Saúde como instrumento gerencial de planejamento, gestão e controle das ações de saúde no município.

A elaboração do Plano Municipal de Saúde é de responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Segundo Portaria nº 3332/28 de dezembro de 2006, a previsão dos recursos orçamentários não devem constar do Plano Municipal de Saúde, mas da Programação Anual de Saúde.

Nesse sentido, o artigo 3º, da citada portaria preconiza:

Art. 3º**-** Definir como Programação Anual de Saúde o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde, cujo propósito é determinar o conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como da gestão do SUS.

§ 1º**-** A Programação Anual de Saúde deve conter:

I - a definição das ações que, no ano específico, irão garantir o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano de Saúde;

II - o estabelecimento das metas anuais relativas a cada uma das ações definidas;

III - a identificação dos indicadores que serão utilizados para o monitoramento da Programação; e

IV - a definição dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento da Programação.

Portanto, o Plano Municipal de Saúde é o instrumento normativo que apenas trata das metas gerais, enquanto que na programação anual poderá a Secretaria de Saúde fixar os recursos financeiros necessários à consecução das metas.

Análise do Controle Interno:

Em sua manifestação, o gestor apenas contestou o item relativo à previsão dos recursos orçamentários, informando que os mesmos não devem constar do Plano Municipal de Saúde, mas da Programação Anual de Saúde.

No entanto, a Programação Anual de Saúde é desdobramento lógico do Plano Municipal de Saúde e, de igual maneira, por se tratar de instrumento básico obrigatório do Sistema de Planejamento do SUS, deve ter sua estrutura em conformidade com a Portaria GM/MS 3.332/2006.

Assim, considerando que as Programações Anuais de Saúde disponibilizadas, exercícios de de 2011 e 2012, não atendem a normatização fica mantida a constatação.

3.2.1.2. Constatação:

Atuação precária do Conselho Municipal de Saúde.

Fato:

O Conselho Municipal de Saúde de Itaporanga D'Ajuda/SE não tem recebido informações do gestor sobre suas contas e atividades que possibilitem fiscalizar a utilização dos recursos destinados à saúde no município, tendo em vista que, de acordo com as Atas das reuniões do CMS dos exercícios de 2011 e 2012, não há questionamentos e análises de relatórios financeiros, por parte de seus membros, informes de visitas realizadas às Unidades de Saúde.

Nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012, são atribuições do CMS, dentre outras a formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros do Fundo Municipal de Saúde.

Ademais, merece destaque o fato da ausência de reuniões mensais no período analisado, conforme item específico deste relatório.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, também Secretário Municipal de Saúde, é responsável por deixar de solicitar que a gestão disponibilizasse relatórios financeiros quadrimestrais aos membros do Conselho.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"A atuação do Conselho Municipal não se revelou precária, vez que das 19 (dezenove) reuniões programadas, 16 (dezesseis) foram efetivamente realizadas, isto no período de março/2011 a setembro /2012.

Além disso, reuniões extraordinárias também foram realizadas, além da participação na Conferência Municipal de Saúde.

Por fim, remete-se à reposta contida no item 3.3.1.4, constatação 004."

Análise do Controle Interno:

Permanece o entendimento sobre a precariedade da atuação do CMS, tendo em vista que em sua justificativa, o Gestor não se pronunciou à respeito da ausência de análises de relatórios financeiros e de falta de questionamentos acerca da execução das acões de saúde.

3.2.1.3. Constatação:

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde não se reúne, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Fato:

Foi constatada que nos vinte e um meses compreendidos entre janeiro de 2011 e setembro de 2012 foram realizadas dezesseis reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde, em desacordo com o Regimento Interno, alterado na reunião extraordinária de 18 de fevereiro de 2011.

Destaca-se que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 333/03, alínea V, quarta diretriz, determina que o Plenário do Conselho de Saúde deve reunir-se, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário. Este mandamento foi mantido inalterado na Resolução CNS nº 453/2012.

É responsável por este fato oPresidente do Conselho Municipal de Saúde, identificado pelo CPF ***.610.065-**, no período compreendido entre janeiro de 2011 e setembro de 2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Tendo como base a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Itaporanga D`Ajuda, realizada em 18 de fevereiro de 2011, convocada pelo presidente desta entidade de controle social para promover a modificação do Regimento Interno deste conselho, buscando o mesmo as orientações da resolução nº 333 CNS no que tange a realização de reuniões ordinárias mensais.

Informamos que o calendário das referidas plenárias municipais tiveram seu inicio a partir do mês subseqüente. Desta forma o período em questão fica compreendido entre março/2011 à setembro/2012, sendo realizada nesse intervalo de tempo o quantitativo de 08 reuniões ordinárias e 02 reuniões extraordinárias entre março a dezembro de 2011, e, 08 reuniões ordinárias entre janeiro a setembro de 2012, perfazendo um total de 16(dezesseis) reuniões ordinárias das 19(dezenove) programadas, além das reuniões extraordinárias realizadas.

Salientamos que as reuniões referentes aos meses de junho e julho de 2011 foram substituídas pelos trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Saúde de Itaporanga D`Ajuda na organização e realização da II Conferencial Municipal de Saúde realizada nos dias 09 e 10 de junho de 2011."

Análise do Controle Interno:

Considerando o período entre março de 2011 e setembro de 2012, verifica-se que não foram realizadas três reuniões mensais, não devendo ser acatadas as justificativas de que as reuniões referentes aos meses de junho e julho de 2011 foram substituídas pelos trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Saúde de Itaporanga D`Ajuda na organização e realização da II Conferencial Municipal de Saúde, tendo em vista que poderia ser registrado em Atas do Conselho todas as ações realizadas referentes à referida Conferência.

3.3. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada

Ação: 3.3.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA **Objetivo da Ação:** Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215829	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

3.3.1.1. Constatação:

Falhas na contratação dos Agentes Comunitários de Saúde.

Fato:

Da análise da relação de profissionais extraídas do SIAB, dos contratos e Folha de Pagamentos disponibilizados à equipe de fiscalização, verificou-se a existência de dezessete Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atuando nas ESF do município sem prévia aprovação em processo seletivo, em desacordo com as normas emanadas da Emenda Constitucional nº 51/2006 e da Lei nº 11.350/2006.

A tabela a seguir apresenta os profissionais contratados de forma irregular:

CPF	Data de admissão
***.615.595-**	02/04/12
***.754.265-**	01/06/11
***.048.425-**	03/09/12

***.137.315-**	01/11/10
***.908.255-**	06/07/12
***.561.665-**	01/07/09
***.380.505-**	01/04/09
***.367.165-**	24/03/03
***.464.035-**	05/02/01
***.760.475-**	09/01/12
***.202.355-**	06/07/12
***.599.505-**	05/02/01
***.545.615-**	06/07/12
***.096.865-**	01/08/09
***.725.145-**	01/08/09
***.359.155-**	01/04/09
***.228.745-**	01/07/09

O Tribunal de Contas da União tem se manifestado no sentido de considerar indevida a contratação de ACSs sem prévio processo seletivo público, como pode ser verificado nos Acórdãos nºs 1146/2003, 1281/2007 e 1188/2010.

A gestão da Saúde do município de Itaporanga D'Ajuda realizou concurso público no ano de 2011, por meio do Edital de Concurso Público nº 01/2011, sendo que não foram disponibilizadas vagas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O Secretário Municipal de Saúde é responsável pela contratação sem processo seletivo público dos Agentes comunitários de Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"As contratações realizadas pela Municipalidade deram-se em razão de estrita necessidade de prover necessidade pública de natureza essencial e até que a administração consiga atingir um nível de estabilização na prestação dos serviços de saúde, especificamente no que concerne ao Programa de Saúde da Família.

Em 2005 fora realizado certame público, homologado em 2006, cuja validade estendeu-se até junho de 2010. No entanto, grande parte dos concursados renuncia ao cargo, o que motiva a administração a contratar, com base em Lei Municipal, pessoal a título temporário, até pronta esteja para deflagrar novo certame.

Insta observar, ainda, que a rotatividade de profissionais nessa área específica acarreta a descontinuidade das ações de saúde desenvolvidas, notadamente em Municípios do interior, onde a população tende a acostumar-se com determinado profissional.

Dito isto, visando evitar a descontinuidade destas ações – e somente por esta razão, o Município seleciona pessoal, que deve atender a requisitos específicos traçados em lei (não se tratando de contratação aleatória)."

Análise do Controle Interno:

As informações apresentadas pelos gestores apontam as dificuldades encontradas para preenchimento das vagas disponíveis, não havendo justificativas para ausência de inclusão de vagas para o cargo de Agentes Comunitários de Saúde, no concurso realizado em 2011, tendo em vista que há profissionais atuando de forma irregular desde 2009. Mantém-se a constatação.

3.3.1.2. Constatação:

Ausência de realização do curso introdutório pelos Agentes Comunitários de Saúde-ACS.

Fato:

Da análise da documentação disponibilizada acerca da capacitação dos profissionais integrantes das Equipes de Saúde da Família, verificou-se que não foi disponibilizado curso introdutório para atuação no Programa Saúde da Família, dos Agentes Comunitários de Saúde relacionados a seguir:

CPF	Data de admissão
***.615.595-**	02/04/12
***.048.425-**	03/09/12
***.908.255-**	06/07/12
***.760.475-**	09/01/12

***.202.355-**	06/07/12
***.545.615-**	06/07/12

Destaca-se que de acordo com o disposto na portaria GM nº 2.527/2006 o curso introdutório deve iniciar-se concomitantemente ao início dos trabalhos das equipes, com conteúdo mínimo definido e carga horária mínima de 40 horas.

O Secretário Municipal de Saúde é responsável pela capacitação dos Agentes comunitários de Saúde contratados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as seguintes justificativas:

"Disponibilizamos declaração do curso introdutório dos agentes comunitários de saúde visando sua atuação no Programa de Saúde da Família de acordo com a Portaria GM nº 2.527/2006, consoante documento em anexo, comprovando que citado curso foi ministrado antes mesmo desta fiscalização."

Análise do Controle Interno:

Os documentos disponibilizados dizem respeito à capacitação continuada, que incluem palestras com os profissionais de nível superior das equipes, não havendo comprovação de que os cursos tiveram duração de 40 horas, nem que abordaram os conteúdos mínimos exigidos pela Portaria MS GM nº 2.527/2006.

Vale lembrar que a situação relatada restringe-se aos Agentes Comunitários de Saúde contratados no exercício de 2012. Constatação mantida.

Ação Fiscalizada
Ação: 3.3.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE **Objetivo da Ação:** Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215527	**Período de Exame:** 01/06/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 273.514,20
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

3.3.2.1. Constatação:

Falta de medicamentos na Farmácia Básica de Itaporanga D'Ajuda/SE.

Fato:

A Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza aos usuários os medicamentos elencados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2012, custeados com os recursos tripartites do Programa de Assistência Farmacêutica, que foi definida pela Portaria nº 4.217, de 28 de dezembro de 2010, confirmados no Plano de Assistência Farmacêutica Municipal.

Em inspeção "in loco" realizada pela equipe de fiscalização no almoxarifado central e na Farmácia Básica da Clínica de Saúde da Família Umberto Mandarino, verificou-se que os pacientes não estavam recebendotodos os medicamentos básicos receitados, conforme relação abaixo:

- Cefalexina 500 mg comp;

- Sulfato Ferroso comp;

- Losartan 50 mg comp;

- Ambroxol infantil xarope;

- Ambroxol adulto xarope

- Diclofenaco sodico comprimido;

- Eritromicina 500 mg comprimido;

- Mettformin 850 mg comprimido;

- Metronidazol 250 mg comprimido;

- Paracetamol comprimido ;

- Ibuprofeno 300mg comp ;

- Nimesulida 100mg comp;

- Omeprazol 20mg comp ;

- Buscopam composto comp; e

- Polivitaminico comprimido

Merece destaque o fato que diversos outros medicamentos faltaram no primeiro semestre de 2012, conforme pode ser observado no controle de saída de alguns medicamentos, a título de exemplo, não sendo exaustiva:

CODIGO DESCRICAO UN JAN/2012 FEV/2012 MAR/2012 ABR/2012 MAI/2012 JUN/2012 TOTAL GERAL QTD.MEDIA ESTOQUE JUL/2012 AGO/2012 SET/2012 OUT/2012 VAL.CUSTO VAL.CUSTO VAL.CUSTO

0001.0001.014 AMPICILINA 500 mg COMPRIMIDO CP 0,00 700,00 600,00 700,00 0,00 0,00 3.200,00 320,00 2.800,00 0,00 600,00 600,00 0,00 32,00 3,20 28,00

0001.0001.022 CAPTOPRIL 25 mg COMPRIMIDO CP 34.500,00 27.000,00 17.500,00 0,00 22.500,00 45.960,00 254.750,00 25.475,00 56.000,00 36.000,00 23.290,00 39.000,00 9.000,00 2.547,50 254,75 560,00

0001.0001.023 CAPTOPRIL 50 mg COMPRIMIDO CP 7.000,00 0,00 0,00 0,00 4.000,00 5.900,00 50.300,00 5.030,00 25.700,00 12.600,00 4.500,00 10.800,00 5.500,00 1.509,00 150,90 771,00

0001.0001.026 CEFALEXINA 250mg/5 ml SUSPENSAO FR 70,00 0,00 0,00 0,00 0,00 34,00 795,00 79,00 100,00 91,00 500,00 60,00 40,00 7,95 0,79 1,00

0001.0001.040 DIPIRONA 500 mg COMPRIMIDO CP 5.500,00 4.500,00 0,00 0,00 1.000,00 4.500,00 37.500,00 3.750,00 2.500,00 6.500,00 8.000,00 5.000,00 2.500,00 2.250,00 225,00 150,00

0001.0001.058 MEBENDAZOL COMPRIMIDO CP 600,00 0,00 0,00 0,00 600,00 1.200,00 5.500,00 550,00 600,00 1.600,00 600,00 900,00 0,00 55,00 5,50 6,00

0001.0001.061 METILDOPA 500 mg COMPRIMIDO CP 1.000,00 3.000,00 2.000,00 0,00 2.000,00 0,00 13.000,00 1.300,00 4.500,00 2.000,00 1.000,00 2.000,00 0,00 2.080,00 208,00 720,00

0001.0001.063 METRONIDAZOL 250 mg COMPRIMIDO CP 1,00 0,00 599,00 0,00 0,00 2.400,00 11.250,00 1.125,00 600,00 2.400,00 1.200,00 4.650,00 0,00 112,50 11,25 6,00

0001.0001.076 POLIVITAMINICO COMPRIMIDO CP 0,00 2.000,00 6.000,00 1.000,00 1.000,00 0,00 21.200,00 2.120,00 2.800,00 0,00 4.000,00 7.200,00 0,00 212,00 21,20 28,00

0001.0001.079 PREDINISONA 20 mg COMPRIMIDO CP 0,00 0,00 0,00 1.200,00 0,00 0,00 3.600,00 360,00 2.800,00 1.200,00 0,00 1.200,00 0,00 216,00 21,60 168,00

0001.0001.081 PROPRANOLOL 40 mg COMPRIMIDO CP 9.200,00 6.000,00 4.800,00 0,00 0,00 3.360,00 53.800,00 5.380,00 10.800,00 11.200,00 7.200,00 8.400,00 3.640,00 538,00 53,80 108,00

0001.0001.113 AZITROMICINA 500MG COMP FR 450,00 450,00 0,00 0,00 2.900,00 0,00 6.050,00 605,00 1.100,00 900,00 0,00 1.350,00 0,00 60,50 6,05 11,00

0001.0001.133 ENALAPRIL 5MG COMP CP 0,00 0,00 0,00 0,00 500,00 1.500,00 7.500,00 750,00 1.000,00 1.500,00 2.000,00 2.000,00 0,00 75,00 7,50 10,00

0001.0001.135 ATENOLOL 100MG COMP CP 0,00 0,00 800,00 0,00 0,00 0,00 1.570,00 157,00 400,00 0,00 0,00 770,00 0,00 15,70 1,57 4,00

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 0159/2012, de 29 de novembro de 2012, o Gestor Municipal apresentou as

seguintes justificativas:

"A falta de medicamento deveu-se ao fato de dificuldades no processo licitatório, especialmente no tocante à obtenção de orçamento para cotação do preço, a fim de aferir a estimativa inicial da licitação, conforme comprovam os e-mails em anexo.

Comprova, no entanto, que após concluído o processo licitatório não mais houve falta de medicamentos.

Em anexo, em CD, cópia dos relatórios demonstrando o estoque atual de medicamentos."

Análise do Controle Interno:

De fato o Pregão Presencial nº 29/2012 foi homologado apenas no final do mês de maio de 2012, porem não é motivo para deixar faltar medicamentos de uso continuado que servem para controle da hipertensão e do diabetes, tais como captopril, atenolol, cefalexina, losartan, enalapril e propanolol.

As medidas adotadas posteriormente à homologação do Pregão foram parcialmente suficientes à solução do problema apontado, devido ao fato de que no momento da inspeção "in loco" haver falta dos diversos medicamentos básicos, relacionados no fato.

A constatação deve ser mantida, inclusive pera servir de alerta ao novo gestor que assumirá a gestão da saúde municipal.

4. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

* TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
* SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
* PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

4.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
Ação: 4.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) **Objetivo da Ação:** Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais

Ordem de Serviço: 201216065	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 10.217.736,00
Objeto da Fiscalização: Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

4.1.1.1. Constatação:

Atuação deficiente do Órgão de Controle Social.

Fato:

Analisando-se a atas de reunião do Conselho Municipal do Programa Bolsa Família de 2011 e 2012, verifica-se uma atuação deficiente por parte do mesmo no acompanhamento do Programa Bolsa Família. Constam das atas registros de apenas 8 reuniões nos dois anos, sendo que 3 delas trataram-se de eventos dos quais o Conselho participou. A tabela a seguir resume as informações contidas nas atas examinadas:

DATA	ATIVIDADES
03/03/2011	Apresentação da Equipe do Cadastro Único. Apresentação do Plano de Ação do Bolsa Família para o exercício de 2011.
28/09/2011	Evento público com novos beneficiários do Bolsa Família. O Prefeito Municipal e a Coordenação do Programa orientaram os novos beneficiários sobre condicionalidades e apresentaram informações sobre evolução da cobertura do Programa.
22/12/2011	A Secretária de Assistência Social e a Coordenação do Programa Bolsa Família apresentaram números sobre evolução da quantidade e do valor dos benefícios pagos. Também foi informado em que estavam sendo usados os recursos do IGD.
07/02/2012	Apresentação do Plano de Ação 2012 do Bolsa Família. Informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Renda Cidadã (municipal).
10/04/2012	Reunião na qual a Secretaria de Educação apresentou informações sobre o Censo Educacional do Ministério Público a ser realizado em 04/05/2012.
20/04/2012	Evento público com novos beneficiários do Bolsa Família. O Prefeito Municipal e a Coordenação do Programa orientaram os novos beneficiários sobre

DATA	ATIVIDADES
	condicionalidades e apresentaram informações sobre evolução da cobertura do Programa.
26/06/2012	Evento público com novos beneficiários do Bolsa Família. O Prefeito Municipal e a Coordenação do Programa orientaram os novos beneficiários sobre condicionalidades e apresentaram informações sobre evolução da cobertura do Programa.
09/08/2012	Apresentação do novo Coordenador do Programa Bolsa Família, o qual informou as atividades a serem realizadas pela Coordenação e esclareceu dúvida dos conselheiros sobre recentes bloqueios de beneficiários e informou em que estavam sendo usados os recursos do IGD.

Verificou-se que, via de regra, as reuniões do Conselho do Programa Bolsa Família consistem em apresentações da Secretária de Assistência Social e da Coordenação do Programa aos Conselheiros. Não se verifica a menção a exames da documentação suporte de pagamentos com recursos do IGD, dos extratos da respectiva conta ou das contratações efetuadas com tais recursos. Não ficou registrada qualquer fiscalização sobre a oferta de atividades complementares às famílias beneficiárias. Não há menção à verificação da compatibilidade entre os controles de frequência das escolas e as informações inseridas no sistema Projeto Presença. Analogamente, as atas não mencionam qualquer exame do controle das condicionalidades de saúde. Não se verificam questionamentos sobre providências tomadas pela Coordenação do Programa nas ocorrências de descumprimento de condicionalidades ou o exame da documentação que comprove tais providências. De forma semelhante, não fica demonstrado que o Conselho do Bolsa Família fiscalize o acompanhamento dos critérios de renda ou as ações de recadastramento de beneficiários. Ainda, não consta das atas qualquer registro de visita/vistoria realizada pelo Conselho nos anos de 2011 e 2012. Também não há menção a qualquer denúncia recebida ou apurada por qualquer dos Conselheiros.

Em suma, não fica comprovada uma atuação ativa dos Conselheiros responsáveis pelo Controle Social do Bolsa Família no Município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Conforme item 4.1.1.2 constatação 001: O Gestor Municipal realizou reunião no dia 22 de novembro de 2012, com o Conselho Municipal do Programa Bolsa Família com a finalidade de apresentar as notificações realizadas pela CGU referente ao Programa Bolsa Família. Destacou a importância do papel e atuação dos conselheiros em relação ao acompanhamento e fiscalização do programa e recursos aplicados. Enfatizou também que os conselheiros devem apresentar denúncias e ter uma participação realizando vistorias periódicas ao Programa.

Na oportunidade foi apresentado o funcionamento do Sistema Presença, do Sistema de Acompanhamento da Saúde, e do SICON – Sistema de Acompanhamento das Condicionalidades, realizados pela Secretaria de Ação Social. Foi apresentadas situações de famílias que a Coordenação do Programa recebeu de denúncias e que estão sendo investigadas pelo Serviço Social do CRAS.".

Análise do Controle Interno:

Em sua manifestação o Gestor não questiona a constatação apontada ou apresenta documentação que comprove atuação eficiente do Conselho do Bolsa Família, demonstrando, no entanto, a realização de reunião para orientação dos Conselheiros. Tal fato remete a solução do problema a atuação futura dos Conselheiros, razão pela qual mantém-se a constatação.

4.1.1.2. Constatação:

Falta de controles dos alunos do Programa Bolsa Escola.

Fato:

A equipe de fiscalização da CGU-SE visitou no período de 23 e 24 outubro 10 escolas constantes da amostra do Programa Bolsa Família, para verificar a frequência dos alunos contemplados com o Programa. Em inspeção nos diários das Escolas relacionadas abaixo, constatou-se as seguintes situações: alunos transferidos, não localizados e sem estudar, falta de registros nos diários de classe e ausência de controles da base de dados do Programa de Bolsa Família da Prefeitura do Município.

ESCOLA	NIS	SITUAÇÃO
Municipal Antônio José dos Santos	16224048402 16227085643 16573307845	Abandonou Abandonou Abandonou
Municipal Adolfo Rolemberg	16298198432 20702099737	Não localizada Matriculado em agosto/2012.
Municipal Professora Raimunda Ribeiro da Silveira	20036811739	Não localizada
Municipal Venâncio Martins Fontes	20036934172	Não localizado
Municipal Estadual Wanderley Sobral Carvalho	20124419679	Não localizado.
Municipal José Aelson Correia Sobral	16066236009	55 de frequência no mês de junho.

Não houve registros das frequências nos diários de Classes dos 14 alunos da Escola Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho, referentes aos meses letivos, março a outubro/2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Quanto ao item 4.1.1.3 constatação 003: Falta de controle dos alunos do Programa Bolsa Família, a coordenação constatou que oito dos nove alunos citados no relatório, realmente descumpriram a condicionalidade do Programa. No entanto os benefícios já foram bloqueados conforme apresentamos formulários em anexo e apenas uma criança com nº de NIS 20036934172 não efetuamos o bloqueio de seu benefício em virtude que a mesma apresenta deficiência mental, conforme mostra o item 6.02 do formulário CADUNICO apresentado em anexo."

Análise do Controle Interno:

Em sua manifestação, a Administração Municipal corrobora a deficiência nos controles, ao tempo em que comunica providências em curso para sua correção. Logo, à exceção do reparo em função do acatamento da justificativa apresentada referente à situação da criança com NIS nº 20036934172, mantém-se a constatação.

4.2. PROGRAMA: 2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ação Fiscalizada
Ação: 4.2.1. 2A60 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA **Objetivo da Ação:** Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216266	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 132.300,00
Objeto da Fiscalização: CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.	

4.2.1.1. Constatação:

Aquisição de material sem a comprovação de sua destinação.

Fato:

Verificou-se a ausência de controle na entrega de 580 “bolsas em algodão ecológico com impressão em cromia frente e verso” a serem entregues a usuários do CRAS. Tal aquisição, realizada em julho de 2012, no valor de R$ 7.830,00, visou facilitar o transporte de bens recebidos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além de outro programa equivalente municipal, para transporte dos bens doados. Tal fato evidencia falha na execução do programa, sob responsabilidade da Secretária de Assistência Social do município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Com relação à ausência de controle na entrega das 580 bolsas em algodão, as quais foram entregues aos usuários do CRAS, encaminhamos em anexo, relação nominal dos beneficiários que receberam as mencionadas bolsas".

Análise do Controle Interno:

Em sua manifestação, o Gestor confirma a ausência de controle da entrega de materiais mencionados na constatação por meio de assinatura dos beneficiários. Foi apresentada relação de 580 nomes sob o título "4.2.2.1-Constatação 001 (Bolsas em Algodão Ecológico) PAA Bolsas", indicando que tal relação foi elaborada, ou ao menos impressa, após o apontamento desta CGU. De qualquer forma, tal relação também não se presta a comprovar a entrega do material, uma vez que não apresenta a assinatura dos beneficiários. Assim, ainda que tenham sido adquiridos e entregues os materiais mencionados, fica demonstrada a ausência de controle de tal distribuição, razão pela qual mantemos nossa constatação.

4.3. PROGRAMA: 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ação Fiscalizada
Ação: 4.3.1. 2060 - PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL **Objetivo da Ação:** Verificação no âmbito do município da atuação do gestor municipal quanto aos gastos dos recursos da Ação de Governo e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215899	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: ITAPORANGA D AJUDA PREF GABINETE DO PREFEITO	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 481.000,00
Objeto da Fiscalização: SCFV Atuação do gestor municipal no planejamento, execução e acompanhamento das atividades socioeducativas, ofertadas no SCFV, principalmente quanto ao oferecimento de infraestrutura adequada para realização do serviço e quanto à qualidade dos gastos realizados para custeio do serviço, assim como a gestão e o controle das frequências dos beneficiários.	

4.3.1.1. Constatação:

Ausência de capacitação dos monitores do PETI.

Fato:

Tendo sido solicitada aos gestores documentação comprobatória da capacitação dos monitores do Peti em 2011 e 2012, foi apresentada resposta não assinada com a informação "não houve capacitação". Não foram apresentados certificados, listas de presença em cursos ou qualquer outra documentação que demonstrasse terem sido os monitores capacitados. A Cartilha do Peti prevê a articulação com a esfera estadual para realização de treinamentos, porém deixando claro tratar-se de competência do município. Tal fato evidencia falha na execução do programa, sob responsabilidade

da Secretária de Assistência Social do município.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Quanto a Constatação nº 03 pela CGU, do item 4.3.1.3 de ausência de capacitação dos monitores do PETI, informamos que apesar do Gestor Municipal não ter realizado capacitação formal com entrega de certificados, durante o exercício 2011/2012, no planejamento pedagógico com os instrutores, foi realizado capacitação informal com os técnicos do Município (Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo), abordando os seguintes temas: Direitos da Criança e do Adolescente, Educação Sexual, Educação Ambiental, Violência, Drogas, Jogos e Recreações, Musicalização e Literatura Infantil. No momento, houve troca de experiências entre os educadores sociais objetivando a socialização dos conhecimentos e saberes".

Análise do Controle Interno:

A despeito de informar em sua manifestação a realização de reuniões para orientação dos monitores do PETI, o Gestor não apresentou qualquer comprovação de tais reuniões, em especial listas de presenças assinadas pelos monitores com informações das datas e conteúdos abordados. Pelo exposto, mantém-se a constatação.

4.3.1.2. Constatação:

Inconsistências verificadas entre os registros de frequência realizados no Sistema e os controles realizados através das folhas de frequência.

Fato:

Comparando-se as informações constantes do Sispeti relativas aos beneficiários vinculados a cada núcleo de execução do SCFV com a relação de beneficiários fornecida pelos Gestores, e ainda com os controles de frequência dos respectivos locais em agosto de 2012, foram identificadas divergências na quantidade de beneficiários de todos os núcleos. Para efeito de comparação, a tabela a seguir apresenta a quantidade de beneficiários informada: i) no Sispeti; ii) em lista fornecida pelos gestores; e iii) nas folhas de frequência, neste caso considerados apenas os beneficiários que tiveram a frequência apurada. Tais divergências demonstram a incorreção e/ou desatualização das informações constantes no Sispeti, sob responsabilidade da Secretária de Assistência Social do Município e da Coordenadora do PETI.

Quantidade de Beneficiários do PETI			
NÚCLEO	**Sispeti**	**Listas do Gestor**	**Folhas de Frequência***
Água Boa	14	32	27
Araticum	27	30	30
Tijupeba	36	27	21

Costa	35	52	50
Duro	20	57	45
Men de Sá	19	31	22
Nova Descoberta	74	102	80
Oiteiros	12	32	22
Paruí	12	**	21
Várzea Grande	15	16	17
Sede	187	353	253
Sapé	0	87	87

*Apenas beneficiários que tiveram frequência apurada no mês de agosto/2012.

**Não localizado entre as listas apresentadas.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Com relação às divergências encontradas no SISPETI relativas aos beneficiários vinculados a cada núcleo de execução do SCFV, conforme apresentamos acima as limitações do MDS, segue em anexo, relação de beneficiários, lista do Gestor, lista de frequência com controle do SISPETI e tabela com quantitativo dos mesmos, a fim de que esta Controladoria possa analisar".

Análise do Controle Interno:

O Gestor apresentou manifestação ao presente item no parágrafo final da manifestação ao item anterior, indicando que as divergências encontradas entre o Sispeti e os controles de frequência dos SCFV são consequências da impossibilidade de atualizar o Sispeti por limitações impostas pelo MDS. Conforme já analisado no referido item do presente Relatório, parte das divergências se deviam à desatualização do Sispeti pela Secretaria de Assistência Social, ao não vincular crianças/adolescentes que já constavam no Sispeti. Também, conforme mencionado pelo Gestor, haveria crianças/adolescentes incluídos no Sispeti pelo MDS sem que o Município tivesse apontado situação de trabalho infantil, mas o Gestor não apontou quais ou quantos beneficiários se enquadrariam em tal situação. Em contrapartida, haveria casos em que foi apontada a situação de trabalho infantil sem que o MDS tivesse incluído as crianças/adolescentes no Sispeti para vinculação, também não tendo sido informados quantos ou quais beneficiários estariam em tal situação. Pelo exposto, a fim de possibilitar análise do MDS sobre as situações apontadas, mantém-se a constatação.

4.3.1.3. Constatação:

Instalações Físicas inadequadas para as atividades do PETI.

Fato:

A equipe de fiscalização da CGU-SE visitou no período de 23 e 25 outubro 04 escolas selecionadas constantes da amostra. Na localidade no Povoado Duro onde são desenvolvidas as atividades do PETI, constatou-se que as instalações encontram-se deterioradas: as paredes, portas, janelas e piso estão mal conservados, o piso apresenta espaços com descascamentos. Verificou-se, também, mobiliário insuficiente e várias cadeiras danificadas. As evidências mencionadas afetam diretamente atividades de dinâmicas de grupos, artísticas, culturais e desportivas dos adolescentes atendidos pelo Programa, contrariando, portanto, o Manual de Orientações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, que prevê que as instalações físicas devem ser compatíveis com o número de crianças e adolescente atendidos, dispondo de espaços apropriados para estudos, recreação ao ar livre, dinâmica de grupo, atividades artísticas, culturais e desportivas.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Quanto a Constatação 4.3.1.6 nº 006 – Instalações físicas inadequadas para atividades do PETI informamos que o recurso repassado pelo MDS, foi utilizado para manutenção do Programa em custeio e serviços e que estes recursos não foram suficientes para realizar o serviço de manutenção da estrutura física no Povoado Duro. Ao tempo em que, diante da falta de recurso próprio municipais, também não houve condições de realizar melhoria da infraetrutura da localidade acima mencionada."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor não contradita a falha apontada e nem apresenta comprovações das providências tomadas para regularização, remanescendo o fato constatado.

4.3.1.4. Constatação:

Falta de gêneros alimentícios para oferta de merenda na escola do povoado do município.

Fato:

A equipe de fiscalização da CGU-SE visitou no período de 23 e 25 outubro 04 localidades constantes da amostra. Em inspeção in loco à

localidade onde são desenvolvidas as atividades do PETI, no povoado Povoado Várzea Grande realizada no dia 25/10/2012, no turno da manhã, por meio de em entrevista com os alunos, constatou-se que houve falta de merenda diversas vezes durante o ano de 2012, também ausência de gêneros alimentícios por mais de 07 dias no período de 15 a 24 do mês outubro do ano corrente.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do ofício nº 159/2012, de 29/11/2012, a Prefeitura de Itaporanga D'ajuda apresentou a seguinte manifestação:

"Quanto ao item 4.3.1.7 Constatação 007: Falta de gêneros alimentícios para oferta de merenda na escola do Povoado Várzea Grande, informamos que o fornecimento de merenda para as crianças do PETI é realizado quinzenalmente, conforme apresentamos em anexo. Entretanto, acontece algumas vezes o atraso na entrega de fornecedores."

Análise do Controle Interno:

A manifestação do gestor não contradita as falhas apontadas, informando a adoção de providências para que as falhas não voltem a ocorrer, não detalhando, entretanto, a natureza de tais providências. Logo, mantém-se a constatação.